

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GELSON LOZER PIMENTEL

**A INFLUÊNCIA DO MODELO DE GESTÃO DE POLÍCIA
COMUNITÁRIA-INTERATIVA NA DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍCIA
MILITAR DO ES, NA CIDADE DE VITÓRIA, ENTRE 1994 A 2006**

**VITÓRIA
2008**

GELSON LOZER PIMENTEL

**A INFLUÊNCIA DO MODELO DE GESTÃO DE POLÍCIA
COMUNITÁRIA-INTERATIVA NA DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍCIA
MILITAR DO ES, NA CIDADE DE VITÓRIA, ENTRE 1994 A 2006**

Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo para cumprimento de créditos parciais no Curso de Mestrado em Administração.

Professor Orientador: Dr. Ricardo Roberto Behr

**VITÓRIA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P644i Pimentel, Gelson Lozer, 1971-
A influência do modelo de gestão de polícia comunitária-interativa na democratização da polícia militar do es, na cidade de vitória, entre 1994 a 2006. – 2008.
92 f. :il.

Orientador: Ricardo Roberto Behr.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. polícia militar. 2.interação social. 3. participação do cidadão. 4. segurança pública. 5. políticas públicas. 6. democratização da polícia. I. Behr, Ricardo Roberto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



Programa de Pós - Graduação em Administração

Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário - Goiabeiras

CEP. 29075.910-ES-Brasil-Telefax (27)3335.7712

E-Mail ppgadm@npd.ufes.br

www.ppgadm.ufes.br

GELSON LOZER PIMENTEL

**A INFLUÊNCIA DO MODELO DE GESTÃO DE POLÍCIA
COMUNITÁRIA-INTERATIVA NA DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍCIA
MILITAR DO ES, NA CIDADE DE VITÓRIA, ENTRE 1994 A 2006**

*Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Administração da Universidade
Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em
Administração.*

Aprovada em 20 de Março de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Roberto Behr (orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. WEIMAR FREIRE DA ROCHA JUNIOR (examinador)
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. ERLY EUZÉBIO DOS ANJOS (examinador)
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

AGRADECIMENTOS

Agradeço aquele que tem sido o comandante da minha vida, que tem me guiado quando das turbulências inexoráveis da existência, ao mestre eterno Jesus Cristo.

A minha esposa Glauce, que não mediu esforços para apoiar-me e auxiliar-me no transcurso dessa dissertação. Sempre acreditando em mim e incentivando-me nos meus estudos.

Ao professor Victor Nunes Rosa, mestre e coordenador do curso de Filosofia da Faculdade Espírito Santense de Vitória, que não poupou suas horas de repouso para receber-me e auxiliar-me com seu grande conhecimento sobre os assuntos relacionados a esse trabalho.

Ao Ten Cel Julio Cezar Costa, por ter me apoiado mesmo antes de concluso o processo seletivo do mestrado da UFES, em 2005.

A professora doutora Madalena de Andrade Santiago, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pelo suporte na fase final dessa dissertação.

Ao amigo e mestre Leonardo Lima, que esteve me acompanhando durante todo o período de mestrado e me forneceu informações que me auxiliaram sobremaneira no desenvolvimento dessa dissertação.

Aos integrantes da PMES, em especial aos oficiais e componentes do 1º BPM, que tão gentilmente cederam seu tempo para as entrevistas.

Aos integrantes da 4ª companhia do 1º BPM, com destaque para os Cabos Ricardo Antônio de Freitas e Marcílio Suhett do Amaral.

As lideranças comunitárias da cidade de Vitória que incondicionalmente dispuseram-se a conceder entrevistas para compor nossa pesquisa, em especial ao Sr. Dório José Flores da Silva, Presidente do Conselho Interativo de Goiabeiras, cidadão pelo qual temos a maior estima e respeito.

Ao professor Dr. Ricardo Roberto Behr, pelo empenho demonstrado na orientação dessa dissertação. Confiando em minha capacidade e na importância do tema abordado.

Aos meus colegas de mestrado, particularmente a Schleiden Pinheiro Nascimento, por ter compartilhado comigo inúmeras informações que foram muito importantes para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo verificar como ocorreu a transformação entre um modelo de gestão denominado Polícia tradicional para o de Polícia comunitária-interativa. Buscou-se mostrar as diferenças entre um policiamento tradicional de um policiamento comunitário-interativo, verifica que tipo de mudança às lideranças comunitárias percebem como necessária no comportamento da PMES, verifica como se encontra o grau de participação da comunidade de Vitória, na construção da Polícia comunitária-interativa, verificar se a experiência da Polícia Interativa teve alguma influência sobre a gestão da PMES e demonstrar como a filosofia de polícia comunitária está implantada atualmente na PMES. Foi realizada uma pesquisa teórico-empírica, por meio de entrevistas semi-estruturadas e em profundidade com praças, oficiais e lideranças comunitárias, que vivenciaram as mudanças no modelo de policiamento ostensivo em Vitória, nas últimas duas décadas. Conclui-se que a PMES foi interativa durante o período de sua criação até o final do século XX, entretanto depois disso ela vem retrocedendo, voltando a sua maneira tradicional de policiar. Conclui-se também que apesar desse retrocesso muito da organização policial militar teve um avanço irreversível, como por exemplo: a mudança das matrizes curriculares do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES, que passaram a ter disciplinas com conteúdo humanísticos, como a disciplina de polícia comunitária-interativa que é ministrada até os dias atuais. Ao final sugeriu-se dentre várias, uma pesquisa que verifique o motivo do retorno, neste início de século do modelo tradicional de polícia.

Palavras-chave: polícia comunitária, polícia interativa, policia cidadã, participação, democratização da Polícia, políticas públicas de segurança.

ABSTRACT

This dissertation has as goal to verify how a transformation from a management model named as traditional policing to a communitary-interactive model has occurred. We searched to show the differences between a traditional policing from a communitary-interactive one, to verify what kind of changes the communitary leadership feel as necessary in PMES' behavior, verify how is the grade of participation of Vitorias' community in the built of the communitary-interactive Police, verify If the experience of the interactive Police had any influence over PMES management and show how the communitary philosophy is implanted in PMES nowadays. It was realized one theoretical-empiric research, through deep and semi-structured interviews with no offices, offices and communitary leadership, which lived the changes in the ostensive policing model in Vitoria, in the last two decades. We concluded that PMES was interactive during the period of its creation until the end of the XX century, however after that it is receding, coming back to its traditional manner of policing. We also concluded that besides this retrocession, a large part of the military police organization, had an irreversible development, as for instance: the changes in the curricular matrixes of PMES' Center of Formation and Improvement, which started to have disciplines with humanitarian contents, as the discipline of communitary-interactive police that is teached until today. At the end, we suggest, among many, one research which will verify the reason of the return, in this century beginning to the traditional model of policing.

Key Words: communitary police, interactive police, citizen police, participation, democratized police, security public policies.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS

QUADRO 1: Graus de participação, segundo Bordenave 17

QUADRO 2: Comparativo policiamento tradicional e policiamento comunitário.. 29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Geral	11
1.2.2	Específico	11
1.3	JUSTIFICATIVA	11
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
1.4.1	Sujeitos de Pesquisa	15
1.4.2	Análise de Dados	16
2	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	54
2.1	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA PMES	65
3	A POLÍCIA MILITAR	18
3.1	HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL	18
3.2	POLICIAMENTO TRADICIONAL VERSUS POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL	22
3.3	INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL	31
3.4	O IMPACTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	33
3.5	MUDANÇA DO ENSINO POLICIAL DA PMES	35
4	A POLÍCIA INTERATIVA NO ES	43

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
5.1	CONCLUSÃO	71
5.2	SUGESTÕES	75
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICES	81
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS POLICIAIS MILITARES	81
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS	82
	APÊNDICE C – MATRIZES CURRICULARES CFSD (1970 A 2006)	83

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho preocupa-se em focar como se deu a mudança da polícia tradicional em polícia comunitária-interativa, portanto, verifica quais influências do contexto social que propiciaram a transformação de um modelo autocrático de gestão para um modelo democrático. Para tanto apresenta as diferenças entre o policiamento tradicional e outro que procura uma interação e o atendimento dos anseios da comunidade.

A pesquisa procura analisar a percepção dos policiais e das lideranças comunitárias sobre polícia comunitária, busca-se uma atenção especial ao assunto de comunitarização dos assuntos de segurança pública, haja vista que a Polícia Comunitária-Interativa diz respeito a todos os órgãos públicos e privados que têm condições de influenciar a segurança pública de sua localidade.

No Brasil alguns pesquisadores têm discutido a questão da segurança pública, mais especificamente a polícia comunitária, dentre eles Cruz; Barbosa (2002), que em seu artigo, procura um caminho para solucionar o crescente problema da violência e criminalidade no Brasil, e encontra no policiamento comunitário uma estratégia das polícias para reduzir o crime e tranquilizarem a população, pois a proximidade com o cidadão efetiva o controle ao crime. Para ratificar as afirmações o artigo apresenta os casos positivos da implantação do policiamento comunitário em Detroit, em Newport News e em Nova Iorque. Conclui o artigo ressaltando que o efetivo engajamento da população no processo é condição básica para o sucesso do modelo.

Em outro artigo Cruz; Barbosa (2005) trata de modificações na gestão das organizações policiais, elegendo para isso um estudo comparativo de casos entre a capital dos Estados Unidos e a capital de Minas Gerais. Verificou-se nesse estudo que o policiamento comunitário em seu pleno funcionamento, envolvendo toda organização nesse processo, sensibilizando a comunidade e com engajamento de parceiros externos, será uma ferramenta muito eficiente para as modificações de gestão mencionados. O estudo mostra a influência estadunidense sobre as práticas

de policiamento comunitário no Brasil e a complexidade da administração policial com sua vasta gama de variáveis na produção de serviços. Além de apresentar as justificativas da escolha das duas cidades para estudo, dentre elas o comprometimento dessas duas localidades com a intensidade de tentativas de modificações de suas práticas tradicionais de gestão.

Zouain *et al* (2005), apresenta um artigo sobre o policiamento comunitário como fator estratégico para a implantação de políticas públicas de segurança, sendo tanto a participação dos gerentes quanto dos executores, primordial para os objetivos de mudança do policiamento tradicional para o modelo comunitário de policiamento, que tem suas atitudes legitimadas pela população local envolvida, ao mesmo tempo em que maior interação trará a tona algumas insatisfações dos cidadãos, o que inicialmente irá gerar um mal estar entre os policiais, colocado no artigo como um fator dificultador da implantação do novo modelo de gestão.

Desta forma a presente pesquisa pretende responder ao problema apontado a seguir.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como partícipe da Polícia Militar ao longo de quase uma década e meia de carreira como oficial da PMES, vivenciei muitas diferentes situações, e criei o hábito de sempre que oportuno conversar informalmente com meus superiores, pares e principalmente com meus subordinados. Percebia nessas conversas quanto destoava um discurso de um policial para o outro, independente do posto ou graduação, intrigava-me a falta de uma filosofia padronizada por toda a organização, acreditava que tal fato era motivado pela tentativa de transformação da filosofia tradicional para um aplicável a uma sociedade verdadeiramente democrática e participativa, entretanto a organização esbarrava nas concepções forjadas nos tempos do regime militar, cujo distanciamento entre o policial e o cidadão era incentivado pela Polícia Militar. Subsidiado por entrevistas e por um estudo teórico tenta-se no transcurso do presente trabalho responder a seguinte pergunta:

Como foram as mudanças e que fatores influenciaram a transformação de modelos de gestão na Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na de Vitória entre 1994 a 2006?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Verificar como ocorreu a transformação entre um modelo de gestão de polícia designada tradicional para outro chamado de comunitário e o que essa mudança significou na gestão da PMES, na cidade de Vitória entre 1994 a 2006.

1.2.2 Específicos

1. Apresentar as diferenças entre um policiamento tradicional de um policiamento comunitário-interativo;
2. Verificar o tipo de mudança organizacional as lideranças comunitárias percebem como necessária no comportamento da PMES;
3. Verificar em que nível se encontra o grau de participação da comunidade na construção da Polícia comunitária-interativa;
4. Verificar se a experiência da Polícia interativa teve alguma influência sobre a gestão da PMES;
5. Analisar como a concepção de polícia comunitária-interativa está atualmente na PMES.

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa ora sugerida justifica-se, em princípio, pela pequena quantidade de publicações acadêmicas sobre o tema. A possibilidade de entender os elementos constituintes das ações dos policiais militares em suas interações sociais também pode nos habilitar a enriquecer o debate junto a própria corporação sobre os modelos de gestão e junto às lideranças comunitárias sobre a participação democrática no modelo de gestão da Policial Militar e os reflexos da forma de atuar junto à população.

O tema é interessante pelo grau de complexidade dos fatores que compõem as atividades das polícias militares, sendo essas bastante peculiares, diferenciando a PMES sobremaneira de outras organizações existentes em nossa sociedade.

“Não se vê entretanto outra profissão que, como a polícia, conheça um debate, e mesmo conflitos, tão generalizado sobre sua própria função, suas próprias tarefas elementares, em que não parece nenhum consenso identificável sobre um conjunto delimitado de atividades legítimas”. (MONJARDET, 2003, p. 190)

A participação ativa do autor ocupando cargo de comando dentro da corporação estudada, suscita muitas possibilidades, que outro cidadão teria dificuldade em perceber e conseguir obter informações precisas e claras. Através de leituras e mesmo de contato pessoal com pesquisadores que não tem a vivência da rotina e desdobramentos policiais militares.

Embora o estudo focalize a participação e comunitarização das práticas de gestão da PMES, é importante que se perceba que o tema segurança afeta sobremaneira as atividades produtivas como um todo, sendo de grande relevância para o estudo da administração. Só para se ter uma idéia da dimensão financeira que envolve o assunto segurança pública, um bilhão de reais foram gastos em segurança privada no estado do Rio de Janeiro, somente no primeiro semestre de 2007, com o chamado "custo violência", que faz com que os lojistas do Rio passem a investir menos em tecnologia e na divulgação de seus produtos. O gasto dos comerciantes com segurança chegou a quase 2% do faturamento do setor. Mas, não é somente o comércio que sai prejudicado diretamente com a insegurança, no orçamento doméstico a segurança também já virou despesa fixa. De 20% a 30% do valor do condomínio no Rio são para a manutenção e compra de equipamentos de segurança. (TEIXEIRA, 2007)

A revista Carta Capital (FORTES, 2007) trás uma matéria da política de segurança pública do governo Lula, destinando 6,7 bilhões de reais em um novo plano de segurança nacional para os próximos cinco anos, almejando unir repressão e políticas sociais e o plano irá centralizar-se na Polícia Comunitária, buscando o policiamento mais próximo do cidadão.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentro da proposta metodológica pretendida, a pesquisa é eminentemente qualitativa, haja vista que o pesquisador não busca enumerar ou quantificar os

eventos estudados, também não emprega métodos estatísticos para analisar os dados, e parte de questionamentos de natureza holística, que tendem a delinear-se com o transcorrer do desenvolvimento do estudo (LUDKE; ANDRÉ, 1986)

A pesquisa dividiu-se em duas grandes partes:

- Documental: teórico-bibliográfica, com intuito de fundamentar o entendimento e as análises, baseado no levantamento bibliográfico pode-se definir os principais procedimentos para a produção do sistema de informações e tratamento dos dados;
- Pesquisa de campo: optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas e em profundidade com atores identificados como significantes. Todas as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2007.

Confeccionou-se dois tipos de questionários um para policiais militares (apêndice a) e outro para lideranças comunitárias (apêndice b). Quando da confecção do questionário buscou-se responder basicamente as seguintes situações:

- Se os entrevistados tinham vivenciado o modelo tradicional de policiamento e o modelo interativo-comunitário, tendo em vista que os entrevistados que não conheceram os dois modelos seriam imediatamente descartados, pois não teriam condições de responder as perguntas subseqüentes, que faziam um paralelo entre a polícia tradicional, basicamente vivenciada na plenitude até o início da década de 1990 e o modelo que policiamento interativo-comunitário que tentou-se implantar por toda a PMES a partir de meados da década de 1990;
- Qual o tipo de ensinamento o policial teve ao ingressar na PMES e como a liderança comunitária percebia o tratamento despendido pelo policial ao cidadão quando ele ingressou no trabalho junto à comunidade;
- O quê ambas categorias entrevistadas achavam da filosofia de polícia interativa-comunitária;

- Qual a percepção dos entrevistados em relação ao tratamento dado ao cidadão capixaba com do advento da filosofia de polícia comunitária-interativa;
- Como encontra-se a filosofia de policia comunitária-interativa nos dias atuais;
- E se a sociedade nos dias atuais exige uma polícia mais cidadã e respeitadora dos direitos humanos;

O procedimento para o contato como os entrevistados foi feito da seguinte forma:

- Pessoal ou via telefone, explicando primeiramente o que pretendia-se com a entrevista, e com a disponibilidade do futuro entrevistado era marcava-se um horário, data e local para a realização da entrevista;
- Informava-se que seria garantido o anonimato do entrevistado, sendo que ao longo da dissertação colocou-se nomes fictícios em substituição ao nome real das pessoas citadas nas entrevistas gravadas.
- Houve uma grande dificuldade para conciliar uma data para a entrevista, que pudesse atender tanto a necessidade do entrevistado quanto a do entrevistador, algumas entrevistas foram remarçadas mais de três vezes;
- A maioria das entrevistas foi feita no próprio local de trabalho dos entrevistados, as demais foram feitas na residência dos entrevistados ou no local de trabalho do entrevistador, sendo que com um dos entrevistados a dificuldade de marcar um horário durante o horário de trabalho do mesmo foi tamanha, que houve a necessidade de se marcar para um avançado horário da noite na residência do entrevistado;
- No dia das entrevistas foi realizado um contato informal com o entrevistado, uma conversa que tinha o intuito tanto de informar o que exatamente o entrevistador queria quanto deixar o ambiente mais amistoso para que o entrevistado pudesse ficar mais a vontade para responder as perguntas;

- Ao informar que iríamos começar a entrevista propriamente dita e quando solicitávamos a permissão para que a entrevista fosse gravada, até mesmo para que informações importantes não fossem perdidas, ficava visível a inibição de alguns entrevistados em suas respostas.

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, posteriormente foram lidas e extraída a parte da entrevista que continha informações entendidas como relevantes. Após isso as informações recorrentes ou aquelas que o autor julgou importante, mesmo tendo sido manifestadas por um só entrevistado, foram transformados em categorias para análise e posteriormente foram inseridas na dissertação com as siglas LC, OF e PR, que significa liderança comunitária, oficial¹ e praça² respectivamente, acompanhando essas siglas consta uma numeração que vai de 1 a 5, representando cada um dos 5 entrevistados dentro de cada categoria. Tal metodologia foi utilizada visando respeitar o anonimato dos entrevistados e reduzir a quantidade de palavras no texto.

1.4.1 Sujeitos de Pesquisa

Foram feitas entrevistas com os policiais lotados nas 5 (cinco) Companhias subordinadas ao 1º Batalhão de Polícia de Vitória, policiais esses que trabalham na atividade fim, que vivenciaram tanto o policiamento tradicional quanto o policiamento comunitário, além de policiais da reserva que também vivenciaram as duas filosofias de policiamento.

Foram ainda entrevistados outros atores envolvidos nos processos, como as lideranças comunitárias que abrangem a circunscrição do 1º batalhão (BPM), a fim de compor-se um referencial mais profundo de análise do processo de construção subjetiva, haja vista que na quase totalidade das situações essas lideranças são um bom referencial da visão da comunidade por elas lideradas, além de se perceber as diferenças nas composições das percepções de ambos os grupos, sendo tais lideranças eleitas democraticamente pelos moradores dos respectivos bairros para um mandato, que em geral de duração de um ano.

¹ Oficial: militar de posição hierárquica superior a de subtenente no exército.

² Praça: militar de classificação inferior a de oficial.

As entrevistas semi-estruturadas e em profundidade foram realizadas com 05 (cinco) praças, que corresponde ao contingente de soldado a subtenente, 05 (cinco) oficiais, de tenentes a coronéis e 05 (cinco) lideranças comunitárias, que vivenciaram as supostas mudanças no modelo de policiamento ostensivo de Vitória, entre 1994 a 2006.

Buscou-se entrevistar policiais que sabidamente tenham um conhecimento mais aprofundado e que já trabalharam diretamente com a filosofia de Polícia comunitária-interativa, bem como os policiais que a princípio não se tinha conhecimento de sua participação ativa com tal filosofia. Também buscou-se policiais que trabalham em diferentes companhias do 1º BPM. Tal metodologia se deve para formar uma análise que possa fomentar as divergências, que por ventura possam ocorrer. Caso fossem entrevistados somente policiais vinculadas à filosofia de polícia comunitária-interativa e de uma mesma localidade, isso provavelmente não ocorreria.

Quanto às lideranças comunitárias buscou-se entrevistar aquelas das mais diversas localidades da cidade de Vitória, mas diferentemente dos policiais militares, não havia liderança que não tivesse atuado diretamente com a filosofia de polícia comunitária-interativa, pois era a política do comando do 1º BPM, ou seja, todos os comandantes de companhia, que tinham sobre sua circunscrição vários bairros, a eles era determinado a reunirem-se periodicamente com as lideranças comunitárias de sua circunscrição e fomentarem a participação comunitária, para com base nas necessidades dessas comunidades, tentarem equacionar o emprego do seu efetivo policial militar.

A importância da escolha dos entrevistados supracitados também justifica-se pois temos na Cidade de Vitória, uma grande diversidade sócio-política-econômica, com pessoas muito ricas, instruídas e politizadas e outras diametralmente opostas.

1.4.2 Análise de Dados

Para essa fase da pesquisa adotou-se a análise de conteúdo, a fim de constatar uma possível mudança de gestão organizacional da PMES, que segundo Bardin

(1977, 42), “É o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”.

Associado a análise de conteúdo identificou-se o grau de participação dos sujeitos de pesquisa, de acordo com os graus de participação proposta por Bordenave (1998), conforme o quadro a seguir:

GRAUS DE PARTICIPAÇÃO	CONCEITO
Informação	é o menor grau de participação, pois os dirigentes tão somente informam aos membros da organização as decisões previamente tomadas.
Consulta facultativa	conforme o interesse dos dirigentes, eles podem consultar seus subordinados para uma tomada de decisão.
Consulta obrigatória	mesmo se a palavra final do dirigente for antagônica as informações colhidas pelos membros da organização, o dirigente é obrigado a solicitar um parecer de outros membros da organização.
Elaboração/recomendação	os dirigentes recebem de seus subordinados propostas e medidas para serem obrigatoriamente analisadas, e caso essas não sejam aceitas o dirigente tem o dever de justificar a sua tomada de decisão contrária a proposta preparada pelos subordinados.
Co-gestão	as decisões administrativas são tomadas em conjunto pelos membros da organização, através de um colegiado, ocorrendo a participação dos subordinados por meio de comitês, conselhos e de outras maneiras de colegiado.
Delegação	os administrados tem autonomia em determinadas áreas ou jurisdições anteriormente destinadas somente aos dirigentes.
Autogestão	finalizando chega-se a mais alta forma de participação, onde todos os membros da organização definem os objetivos pertinentes ao grupo. Na autogestão desaparece a figura do administrador e administrado, haja vista que ocorre a auto-administração.

Quadro 1: Graus de participação com seus respectivos conceitos.
 Autor: adaptado Bordenave (1998)

2 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A condição fundamental para qualquer tipo de discussão pautada na democracia e participação é saber se tais procedimentos possuem uma legitimação constitucional, então obrigatoriamente temos que saber qual o posicionamento da democracia frente a nossa Carta Magna brasileira, que logo no seu primeiro artigo discorre que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito” (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 3), e dentre seus princípios fundamentos encontra-se o da dignidade da pessoa humana, estando inserido no parágrafo único do artigo 5º da nossa Constituição que: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”(1988, p. 3)

Os temas democracia e participação ainda são bastante novos para a realidade brasileira, que vivenciou até pouco tempo um regime de exceção, que via em pessoas que tinham a intenção de intervir nos assuntos públicos, uma ameaça à nação, um revolucionário e quiçá um comunista. Além disso autores destacam que a democracia e participação tomam formas bastantes diferentes até mesmo antagônicas. Para Goyard-Fabre (2003), a democracia está longe de apresentar-se como uma forma de união ou concórdia, pelo contrário seria um continuo espaço de polêmica e discórdia.

A democracia remonta de tempos antigos, vários autores, como Bobbio (2006) consideram a Grécia como sendo o berço da democracia, mais especificamente no governo de Péricles, retratada pelo historiador Heródoto, em que as pessoas da cidade estado de Atenas participavam diretamente em decisões importantes relativas a Atenas, a chamada democracia direta, aonde em praça pública, à luz do sol, os cidadãos erguiam suas mãos para confirmar ou recusar determinada proposta, após terem ouvido atentamente oradores que discorriam diversos pontos de vista, em muitos casos o cidadão ditava para si sua própria Constituição e Leis.

Atualmente a democracia é indireta, tendo os direitos políticos reduzidos a um simples direito de voto, a chamada democracia representativa, em que as

deliberações que afetam toda a coletividade, são tomadas não de forma direta, mas especificamente por cidadãos eleitos para esta finalidade.

Em uma democracia representativa, Bobbio (2006) apresenta os representantes do povo sem qualquer responsabilidade perante os cidadãos que o elegeram, tendo um mandato irrevogável, de modo que não representa mais os interesses particulares de quaisquer categorias e sim os interesses gerais da sociedade civil. Diametralmente oposto, Bobbio (2006, p. 61) apresenta o artigo 105 da constituição russa na qual “o deputado que não se demonstrar digno de confiança dos eleitores pode ser privado do mandato a qualquer momento por decisão da maioria dos eleitores e segundo as modalidades previstas em lei”.

No sistema democrático as decisões são tomadas pela decisão da maioria e acordos majoritários, seja pelo sufrágio universal, para escolha de seus representantes no parlamento, seja por esses representantes no momento de votar uma lei, entretanto no estudo de Kelsen (2000), demonstra que isso pode ser um ponto fraco da democracia. De modo a maioria em determinada ocasião, por somente um voto pode tornar-se minoria em outro. Por outro lado Kelsen (2000, p. 106) afirma que “quanto mais forte for a minoria, mais política da democracia se tornará uma política de compromisso”, isto porque tenderá a ocorrer uma coalisão, para que uma posição não possa ser aceita inteiramente e da mesma forma a outra posição não possa ser negada de modo absoluto.

Na democracia, segundo Kelsen (2000, p. 28) “a liberdade natural transforma-se em liberdade social ou política”, pois liberdade natural seria a negação do estado democrático de direito, seria o livre-arbítrio sem levar em conta qualquer consequência, o que é contrário a liberdade social, que é a liberdade de ação vinculada a princípios legais previamente estabelecidos pela própria população, ou pelo menos pela maioria dela. Da mesma forma, Rousseau (2006, p. 35) enfatiza “o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito sem limites a tudo que o tenta e pode atingir; ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui”.

Segundo Touraine (1996) a democracia é necessária somente quando propicia o convívio conjunto de indivíduos e grupos, vivendo simultaneamente mesmo trazendo ideais convergentes e divergentes, num mesmo contexto social, mesmo com suas diferenças e até mesmo, opondo-se uns aos outros. Sendo a democracia então o espaço para o diálogo e a comunicação. Nessa contextualização não há democracia que não seja pluralista.

Para que haja pois a exata declaração da vontade geral, importa não haver no Estado sociedade parcial e que cada cidadão manifeste o seu próprio parecer. Tal foi a única e sublime instituição do famoso Licurgo. Se há sociedades parciais, cumpre multiplicá-las e impedir a sua desigualdade, como o fizeram Sólon, Numa e Sêrvio. São essas as mais eficazes precauções, para que a vontade geral seja sempre clara, e não se iluda o povo. (ROSSEAU, 2006, p. 42)

Rousseau acrescenta que para a vontade ser geral, não é preciso que exista unanimidade entre os cidadãos, mas é necessário que todos sejam considerados, tendo em vista que qualquer exclusão formal rompe a generalidade.

A questão da participação enraizou-se como imperativa para a reformulação dos discursos sobre a democracia, do Estado e da questão pública, para Nogueira (2005, p. 129) “quem participa almeja afirmar-se diante de alguém, sobrepujar alguém, resolver algum problema ou postular a posse de bens e direitos, modificando sua distribuição”.

A democracia apresenta-se intimamente ligada à participação, levando a sociedade exigir sempre mais participação e voz ativa para as tomadas de decisões em assuntos que afetam direta ou indiretamente os cidadãos.

A participação tende a converter-se em um instrumento para solidarizar governantes e governados, para aliviar e agilizar a ação governamental, para compartilhar custos e decisões, para reduzir atritos entre governo e sociedade. Participar passa a significar também uma forma de interferir, colaborar e administrar. (NOGUEIRA, 2000, p. 140-141)

Para Nogueira (2000) a abertura de espaços de participação tenderá a facilitar a solução para os problemas da comunidade, ampliando a interação entre governantes e governados, fornecer melhores parâmetros para a tomada de

decisões, fortalecendo a gestão pública e promovendo a ampliação da cidadania ativa.

A gestão participativa tem nuances, como o relacionamento de modo interativo com o cidadão, respondendo a uma necessidade de haver uma reforma no Estado, procura introduzir o controle do governo pela sociedade, descentraliza as ações e fomenta parcerias entre organizações públicas e a sociedade civil, trazendo tanto resultados administrativos como transformações sociais, ocorre mudanças no gerenciamento de organizações públicas, busca encontrar formas criativas para gerenciamento público e tomada de decisões, mas para o autor a gestão participativa depende fundamentalmente de pessoas qualificadas para trabalhar com conhecimento técnico-científico, e que sejam capazes de pensarem de forma complexa em um ambiente adverso. (NOGUEIRA, 2000)

Esse autor diverge do pensamento daqueles que acreditam que o cidadão só não participa se for cerceado, pois assim como Nogueira (2000) acredita-se que há uma complexidade que faz com que o indivíduo não participe, citando como exemplo um trabalhador da cidade de São Paulo, que para participar de alguma reunião ou assembléia, deve deslocar-se utilizando dois ou mais ônibus, despender horas de lazer, descanso ou convívio familiar, então a participação nesse caso não ocorre sem um desgaste emocional, físico e financeiro.

Segundo Nogueira (2000) Muitas vezes a participação é utilizada como forma de legitimação de uma decisão previamente tomada, haja vista que os organizadores dessas reuniões para votação valem-se dolosamente ou não, de seu conhecimento técnico para influenciar pessoas menos esclarecidas em determinados assuntos, transformando o que seria um fórum participativo em algo teatral.

Para que a população não seja utilizada como massa de manobra Rosenfield (2007) alerta que a participação deve ser fomentada em microespaços sociais, e gradativamente ser elevada ao topo do Estado, pois um povo moldado na dialética política, através de discursos e ações é menos vulnerável a políticos demagogos e populistas, como ocorreu com os líderes motivadores da mais catastrófica guerra da humanidade, que ardilosamente conseguiram o apoio da massa de cidadãos, para

levar seu intento funesto adiante. O povo alemão acreditou que o partido nazista tinha como objetivo concretizar a grandeza e a glória da raça alemã.

Para Kelsen (2000), é necessário distinguir entre a massa sem juízo, aqueles que se deixam influenciar pela opinião alheia, e aquela pequena quantidade que intervêm realmente com sua própria decisão, que para Kelsen é a idéia de democracia. Da mesma forma, Rosenfield (2007) enfatiza que um povo organizado, solidificado na diversidade política dos debates e ações será menos propensa a adotar a forma de uma massa informe de indivíduos, aonde demagogos e líderes denominados populares facilmente as atraí, como aconteceu no nazismo, facismo e stalinismo. Sendo desta forma um povo organizado, uma condição fundamental no processo de articulação da sociedade como o Estado.

De maneira semelhante Pateman (1992) entende que os indivíduos da comunidade não se preocupam com as situações atinentes a política nacional, a autora acredita que, sem a existência de experiências participativas em outras esferas da sociedade, será improvável gerar um governo democrático.

Goyard-Fabre (2003, p. 49) acredita que o “exercício da cidadania exige mais discernimento, sendo de responsabilidade e prudência por parte dos homens que a educação formou, do que a competência especializada dos eruditos”. Entretanto, Kelsen (2000) apresenta filósofos contrários à democracia como Platão e Aristóteles, esses argumentavam sobre o perigo de se colocar pessoas inexperientes nas práticas governamentais e sem o conhecimento necessário da situação e das adversidades da vida pública para exercerem o governo, tendo em vista que esse distanciamento dos interesses do povo, revelar-se-á um governo contrário aos interesses do povo. Da mesma forma, Rousseau (2006, p. 73), enfatiza que “a ordem mais natural, e melhor, é que os mais sábios governem a multidão”. Essa argumentação a respeito das pessoas “mais capazes” para decidir pela coletividade passa a ser interessante na medida em que fomenta a discussão e pesquisa para tentar se chegar a melhor forma de participação, que possa trazer maiores proveitos para toda a sociedade.

Touraine (1996) acredita que não pode haver democracia sem a consciência de filiação a uma coletividade política. A democracia baseia-se na responsabilidade dos indivíduos de uma nação. Se os mesmos não se sentem responsáveis pelo governo de seu País, por entenderem que esse exerce um poder artificial ou estranho na localidade onde habitam, não haverá livre escolha dos dirigentes, nem tão pouco representatividade dos mesmos. Observa-se destarte, que o patriotismo e o sentido de coletividade é fundamental para o engajamento verdadeiramente participativo e preocupado com toda a nação e não somente um interesse restrito e excludente.

Bobbio (2000) critica a ausência do crescimento da educação para a cidadania, pois segundo o autor com a educação o povo teria condições de escolher com mais sapiência seus governantes, os mais esclarecidos e honestos dentre os cidadãos, mas ao mesmo tempo Bobbio afirma que seria ingenuidade pensar o ser humano como um animal político, tendo em vista que o homem persegue somente o seu próprio interesse tanto no campo econômico quanto político. Esse discurso é particularmente apropriado ao estudar contextos sociais capitalistas como o nosso.

Há o distanciamento porque hoje há o interesse político. O cidadão quer te ajudar, mas ele quer que o senhor o ajude politicamente, ele quer te cobrar depois. (LC01)

Outros autores aumentam a complexidade da ausência de participação social como Touraine (1996), para quem a consciência de cidadania enfraquece-se, devido ao grande número de pessoas que se sentem mais consumidoras que cidadãos e menos nacionais que cosmopolitas ou, pelo contrário, por razões econômicas, políticas, étnicas ou culturais, não chegam a participar dela porque alguns se sentem marginalizados ou excluídos da sociedade.

Para que ocorra maior engajamento e participação dos indivíduos nos assuntos públicos, Rosenfield (2007) afirma que a comunidade deve inicialmente identificar-se consigo mesma, primeiramente através do comparecimento dos cidadãos em praça pública, essa interação proporcionará um espaço de debates e argumentações das mais variadas, podendo motivar reivindicações de fundo social. Entretanto, segundo Dagnino (2002) não se deve atribuir as transformações do Estado e da Sociedade a todos os espaços de participação da sociedade civil, motivando a conquista da

igualdade e cidadania, pois essas são fruto de relações multifacetadas de forças heterogêneas, com a participação dos mais variados atores, numa luta acirrada entre projetos políticos diferenciados.

A democracia tem uma especial preocupação com o respeito completo pelas leis, pois se assim não ocorrer abre espaço para que um demagogo manipule a população e venha a estabelecer um governo ditatorial.

Numa democracia representativa segundo Touraine (1996, p. 43) “a interdependência entre o respeito pelos direitos fundamentais, cidadania e representatividade são as três dimensões que formam a democracia”.

A cultura democrática para Touraine é a concepção do ser humano que impede a resistência consolidada de tentativas de poder absoluto, mesmo sendo legitimada por eleições, simultaneamente desperta o desejo de criar e preservar as condições institucionais da liberdade pessoal.

Kelsen (2000) mostra-se contrário à concepção de governo democrático participativo, haja vista que não consegue conceber uma única pessoa representando o pensamento e vontade de milhões de cidadãos, o autor é incisivo em afirmar que dessa forma a representação perde seu último resquício de fundamento. Aquilo que num parlamento em que estejam compreendidos todos os partidos talvez seja possível, isto é, que da cooperação de todas essas forças resulte algo que possa ser considerado vontade nacional, é, ao contrário, impossível no caso do presidente designado por eleição presidencial direta que, por isso mesmo, independe totalmente do parlamento. O pensamento de Rousseau (2006, p. 93) vai muito mais além, sendo inexoravelmente contra qualquer tipo de representação, afirmando que “no momento em que um povo elege representantes, cessa de ser livre, cessa de existir”.

Paradoxalmente a essas posições temos a figura de Touraine (1996, p. 63-64) que vê o perigo de se ter os cidadãos interferindo diretamente nos assuntos de Estado, chamando o “face a face direto, sem intermediários, do Estado com a sociedade civil leva à vitória de um deles, mas nunca à vitória da democracia” e um “governo

nacional ou local que estivesse a serviço direto da opinião pública teria efeitos deploráveis”.

Mesmo Tocqueville, renomado estudioso da democracia, afirmou que apreciava intelectualmente as instituições democráticas, mas era aristocrata por instinto, desprezando e temendo a multidão. Apesar de seu gosto apaixonado pela liberdade, a legalidade e o respeito aos direitos, não o tornava amante da democracia. (apud Touraine, 1996)

Contrariamente aos aspectos abordados a democracia no Brasil teve no regime militar que iniciou-se em 1964 um enorme retrocesso, assim para entendermos o processo democrático no Brasil é importante percebermos o que estudiosos de democracia relatam sobre os processos ditatoriais que estabeleceram-se em alguns países.

Para Kelsen (2000) ditadura alguma pode persistir por longo período ao indestrutível anseio de liberdade, e esta terminará sempre por levar a melhor sobre aquela. Mas essa não pode ser a liberdade da anarquia, e sim uma liberdade democrática, ou seja, a liberdade do compromisso e da paz social. Corroborando com essa assertiva Goyard-Fabre (2003, p. 239) acrescenta que “o poder fechado é partidário e dogmático; serve a uma ideologia e serve apenas a ela, pois nada mais conhece senão ela”. Para Touraine (1996, p. 178) “uma sociedade livre só se constrói com seres livres”. Bobbio (2000, p. 100) aponta que “todas as decisões e mais em geral os atos dos governantes devam ser conhecidos pelo povo soberano sempre foi considerado um dos eixos do regime democrático”.

Vivendo numa era “democrática” como a atual, com eleições diretas, tratados internacionais, respeito aos direitos humanos, direito à ampla defesa e ao contraditório, é difícil imaginarmos que há bem poucas décadas tivemos enormes violações dos direitos humanos, assassinatos em massa, e tudo isso com aquiescência popular. Já no final do século XIX, era tido como improvável o retorno da humanidade a barbárie, a guerras sangrentas, pois os homens estavam mais “civilizados”, mas o pior de todos os pesadelos ainda estavam por vir, e até que

ponto a civilização atual está isenta de ditadores e populistas como Hitler e Mussolini?

De todos os fatos da era da catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes “avançadas” e “em avanço” do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembléias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da Lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. (HOBSBAWN, 2007, p. 113)

A ditadura fere um dos preceitos de democracia que é a publicidade dos atos públicos, se alguns atos não são tornados públicos não possuem transparência, então podem ser considerados injustos. Nessas sociedades ditatoriais, a maioria das pessoas submetidas não tem voz ativa e não contra-argumenta para tornar o processo legítimo, tendo o poder punitivo exercido sobremaneira controle sobre a massa ignorante, pobre, sem direitos civis e políticos. (BOBBIO, 2000)

Os regimes autoritários na visão de Touraine (1996) justificam suas atitudes invocando a desorganização dos atores sociais, a fragilidade dos sindicatos, a corrupção ou as divisões dos partidos, utilizando-se também de um quadro de crises econômicas ou ameaças de invasão estrangeira.

Não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que o regime democrático é a prova de falhas, pois “a política perfeita é impossível, a melhor política é aquela que consegue conciliar a autoridade dos chefes e as aspirações do povo” (Goyard-Fabre, 2003, p. 81). Mas, é preciso entender que é questão *sine qua non*, e natural para um regime democrático estar em transformação, segundo Bobbio (2000, p. 19) “a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo”.

Bobbio (2000) não encontra uma definição clara para o conceito de democracia, afirmando que existem maneiras diversas para defini-la, mas ao mesmo tempo o autor é enfático em afirmar que dentre todas as definições possíveis, nenhuma delas pode omitir o aspecto da visibilidade e transparência do poder, pois a democracia

nasceu com a finalidade de expurgar para sempre da humanidade o poder invisível e criar um governo que pudesse desenvolver abertamente suas ações.

Segundo Touraine (1996, p. 19) “um regime é tanto mais democrático, quanto maior for o número de pessoas que participam, direta ou indiretamente, da tomada de decisões”. O autor afirma que o governo não pode querer valer somente suas demandas e opiniões, mas deve deixar os cidadãos serem livres e protegidos para manifestarem seus posicionamentos, e que seus representantes levem em considerações tais opiniões no momento de sua tomada de decisões. Somente através de um regime democrático pode ser conhecida a multiplicidade de pensamentos, dando liberdade política ao maior número possível de indivíduos. O respeito a liberdade e a diversidade é o que define a democracia, não somente a participação, e muito menos o consenso.

Para Touraine (1996) semelhantemente à vontade de destituir o poder pela força, eliminar minorias dominantes entendidas como anti-sociais e enfatizar a vitória de um povo reunificado conduz diretamente a regimes autoritários, da mesma forma a existência de um conflito geral entre cidadãos proporciona o mais sólido alicerce da democracia. Touraine diz (1996, p. 84-85) “muito longe de se oporem, movimento social e democracia são indissociáveis”, ou seja, “só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais”, entretanto, “a idéia de movimento social deve ser nitidamente separado da idéia de violência, esta é o oposto de democracia”.

Nenhuma nação pode querer ser livre se seus governantes exigem uma obediência cega dos cidadãos a seus preceitos, Rosenfield aborda (2007), que a democracia deve obedecer necessariamente a Constituição do País, tendo a mesma nascido da vontade democrática de cada indivíduo. É importante a existência de Leis, quando se é submetido a elas se é livre, pois elas advém da vontade do povo.

A noção de democracia envolve uma mudança radical na forma de pensar de cada ser humano, para que vivamos numa sociedade realmente democrática é preciso que cada um reconheça no próximo, bem como em si mesmo, uma mistura de universalismo com particularismo. Essa dificuldade vai muito mais além quando se amplia o raio de ação dessa democracia, vendo uma cultura totalmente diferente

sem arrogância e sem desprezo pelos seus costumes. Se por exemplo os costumes de um imigrante não são aceitos, essas diferenças não podem tornar-se como um fator de enriquecimento para aquela sociedade. (TOURAINÉ, 1996)

A revolução francesa com sua tríade, liberdade, igualdade e fraternidade, nasce desse ideal de uma sociedade realmente democrática, com intuito de minimizar ao máximo a forma de tratamento vigente na sociedade francesa da época, mas não por acaso foi enfatizada a existência dessa tríade, pois, segundo Tocqueville (apud Goyard-Fabre, 2003, p. 223) “a relação entre liberdade e igualdade é essencialmente uma relação conflituosa”. A liberdade ou igualdade sozinhas, são uma ameaça a democracia, “nada ameaça mais matar a democracia que o excesso de democracia” (BOBBIO, 2000, p. 39). O autor alerta que nem a liberdade de associação nem a de opinião podem ser admitidas de forma ilimitada, como de resto qualquer outra liberdade. Para Touraine (1996) a liberdade é o princípio que deve sobressair-se a todos os outros, entretanto deve estar interligado ao da igualdade, devendo o cidadão possuir oportunidades iguais e essas devem proporcionar à redução das desigualdades, e a fraternidade unida à liberdade e igualdade “fornece a melhor definição da democracia porque une elementos propriamente políticos a outros que são sociais e morais” (TOURAINÉ, 1996, p. 105). Através desse entendimento Touraine chega a conclusão de que não há um princípio central de democracia, tendo em vista que essa é uma combinação entre os três princípios citados.

Ao referimo-nos mais especificamente ao Brasil, destaca-se que na década de 90 houve o crescimento acelerado das ONGs³, ancoradas na homologação da constituição cidadã de 1988. Nesse período observa-se a ênfase dada a assuntos como cidadania, a exclusão social e a democracia, essa precipuamente no tocante a seu aspecto participativo (SILVA, 2003)

Entretanto a despeito de quaisquer restrições que os mais diferentes autores e correntes possam tomar, Kelsen (2000) é enfático em afirmar que nenhuma justificativa pode levar a rejeição do conceito de democracia enquanto governo do

³ ONGs: Organizações não governamentais.

povo e para o povo, pois “mesmo a democracia mais distante do modelo não pode ser de modo algum confundida com um Estado autocrático e menos ainda com um totalitário” (BOBBIO, 2000, p. 50).

Finalizo esse capítulo com uma inquietude ainda maior do que aquela que me motivou a empreender a mais variada pesquisa a obras de autores que se dispuseram a identificar o conceito de democracia, pois assim como (GOYARD-FABRE, 2003, p. 337) que entende que “a democracia não se deixa englobar num conceito claro e distinto” e para (ROSENFELD, 2007, p. 88) que conclui que “a democracia não é um ideal de sociedade perfeita, mas um projeto que parte da sua própria imperfeição”, da mesma forma concluo a democracia como sendo um constructo, talvez um devir ou uma utopia, “se me perguntassem se a democracia tem um porvir e qual é ele, admitindo-se que exista, responderia tranquilamente que não sei” (BOBBIO, 2000, p. 30), pois há inúmeras variáveis que impedem a existência de uma sociedade democrática em sua plenitude, em que todos participem por entenderem que dela depende o futuro de sua existência e de sua descendência, que não sejam uma massa de manobra na mão de governos demagogos e populistas, que não queiram somente participar para extrair benefícios para si próprios, que não deixem de participar por pura omissão ou apatia política.

Vivemos um momento “trombeteado” por alguns como uma civilização “pós-moderna”, entretanto observa-se características das mais antigas civilizações, como por exemplo a civilização romana dos Cesares. Qual democracia destaca-se atualmente em nossa nação? Será que os membros do parlamento estão exercendo o governo do povo para o povo, e será que o povo está exercendo seu papel de povo livre? Ou poderia se aplicar à nação brasileira o que Rousseau (2006, p. 92) no contrato social afirmou: “julga-se livre o povo inglês, e muito se engana, que o é só durante a eleição dos membros do parlamento, finda a qual, hei-lo na escravidão, hei-lo nada”.

2.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA PMES

No entendimento de alguns autores, como Goldstein (2003) nas Policiais Militares existe uma linguagem e padrões de comportamento impares, muito diferentes de outras organizações. Muitas atitudes são tipicamente de policiais militares, rapidamente os identificando em um contexto social. Entretanto o policial militar já se depara com uma contradição na gênese de sua formação, considerando que militar é diferente de policial, policial é força comedida, e militar é força expandida. O treinamento de um policial é segundo a corrente da compreensão e do diálogo, o treinamento de um militar está voltado para as ideologias positivistas, no que tange a execução sem questionamentos das ordens emanadas por seus superiores. Então ocorre que muitas vezes o policial não está aceitando aquele tipo de treinamento, “porque a gente tem aquele treinamento do robô, do homem automatizado, e muitas vezes o homem faz aquilo mas não está aceitando, faz porque é obrigado a fazer”. (CERQUEIRA, 2001, p. 28)

Alguns estudiosos tratam as organizações como sendo um segundo marcador social, e que família, amigos, rede de relações pessoais seria o que realmente constrói a identidade das pessoas, entretanto essa afirmativa não corresponde a identidade de um policial militar, que se confunde com a própria organização a que pertence, o cidadão que antes de ingressar na corporação era conhecido como fulano, beltrano ou cicrano, posteriormente passa a ser reconhecido, intra e extra corporação, como soldado fulano, cabo beltrano ou sargento cicrano. Segundo Monjardet (2003) a população vê os policiais como seres individualizados e identificados, para a sociedade o policial é conhecido com e sem seu uniforme de trabalho.

Aonde quer que o policial vá, ele é sempre um policial militar e tem toda uma peculiaridade de agir e de ser tratado pela sociedade na qual ele está inserido. Sendo essas conclusões facilmente comprovadas através da Lei 3.196, que regula a situação, as obrigações e os deveres, direitos e prerrogativas dos policiais militares, tratando como por exemplo: da dignidade da pessoa humana, proceder de maneira ilibada em sua vida pública e particular, zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de

cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar.

A citação dessa lei policial militar é importante para entendermos um pouco da subjetividade policial militar, tendo em vista que os ensinamentos supracitados continuam a serem ministrados para os cursos de formação da PMES através da disciplina Legislação Policial Militar.

Para uma cultura organizacional ser modificada e aceita é importante à participação de todos os seus integrantes. Segundo Motta (1984, p. 11), “a preocupação com a participação surge com a crescente impossibilidade de administrar o conflito apenas através da coação física”. Se uma mudança cultural é tentada somente com a participação dos altos níveis hierárquicos, haverá pouca legitimidade pelos escalões inferiores. Então, é importante que se envolva todos os níveis organizacionais militares, através das mais variadas metodologias, como cursos, seminários, dinâmicas e outros, pois uma nova forma de agir deverá ser bastante forte e consistente para sobrepor-se a anterior e ainda deverá ser bastante sólida para não permitir o retorno àquela. Do contrário será uma pseudoparticipação, como descrito por Pateman (1992, p. 95), ou seja, somente “técnicas utilizadas para persuadir os empregados a aceitarem decisões já tomadas pela administração”.

É bom deixar claro, que cultura não é uma coisa que se possa transformar numa tecnologia, assim como as tecnologias de produção, que podem ser adotadas, modificadas, descartadas etc., ao mesmo tempo que podemos analisar a cultura como algo relativo as relações existentes entre os indivíduos no interior de uma organização, devemos ter em mente que cultura também possui uma variável externa, influenciando e sendo influenciada pelo contexto, no qual se encontra inserida, haja vista que segundo Barbosa (2003, p. 141), “nenhuma empresa, nem qualquer outro tipo de instituição ou mesmo ação, ocorre no vácuo”. A cultura organizacional policial militar por mais específica que seja tem uma forte influência do contexto externo, o qual ela está inserida.

A visão representativa da cultura leva a ver que as organizações são em essência realidades socialmente construídas que estão muito mais nas

cabeças e mentes dos seus membros do que em conjuntos concretos de regras e relacionamentos. (MORGAN, 1996, p. 136 e 137).

Grande parte das vezes quando os gestores das organizações públicas não são fiscalizados e controlados pela comunidade, através da participação efetiva dessa, pode ocorrer corrupção e o mau uso dos recursos públicos. Outro aspecto importante é que o indivíduo como um ser social gosta de opinar, exprimir suas idéias e saber que seu pensamento serve no desenvolvimento de algum projeto. Segundo Bordenave (1998), a participação é inerente à natureza social do homem, evoluindo-se desde a tribo e o clã dos primórdios da existência da sociedade, chegando à contemporaneidade das associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nessa linha de raciocínio, a frustração da necessidade de participar acarreta um cerceamento do homem social. Quando a participação do povo é controlada pelo governo, mas esse não é controlado pelo povo, revela que ainda se está muito aquém de uma sociedade participativa. Nesta, o povo quem deve exercer o controle final das decisões em todos os níveis de poder.

Bordenave (1998) apresenta diversos graus de participação dentro de uma organização, conforme a influência da participação dos atores envolvidos no processo, subsidiando o autor na percepção do grau de participação de comunidade e dos membros da corporação, desta forma os graus de participação de Bordenave já descritos no item 1.4.2 auxiliaram na análise da participação da comunidade de Vitória na suposta transformação da Polícia Tradicional em Polícia comunitária-interativa.

Outro fator importante no que tange a participação, é considerar que a criatividade dos indivíduos da organização não se restringe aos níveis de gerência, quando motivamos a participação de todos os empregados da organização, estamos permitindo que idéias que muitas vezes irão maximizar a qualidade dos serviços prestados pela empresa, possam tornar-se realidade. Assim “cada organização deve dar oportunidade para que seus membros usem sua criatividade no desenvolvimento da empresa” (BORDENAVE, 1998, p. 43). Nota-se então que o policiamento comunitário está diretamente ligado ao conceito de participação, o que é corroborado por de Zoin et al. (2005, p.2), que afirma que: “o que se caracteriza

como objetivo desta política é promover a participação, tanto dos responsáveis pela execução quanto daqueles que impõem, de certo modo, os objetivos a serem alcançados”.

Abaixo destacamos trechos de entrevistas voltadas para a participação na gestão da PMES, com todos os entrevistados percebendo como vital a importância dessa interatividade entre os dois segmentos e dentro da própria Polícia. Mas para que esse relacionamento ocorra é necessário minimizar a existência de uma cultura ditatorial interna, propiciando dessa forma que o policial seja participativo e democrático com o cidadão.

A sociedade estava tão afetada com o processo que ela queria da forma mais rápida possível avançar num processo de interagir com a Polícia Militar. (LC02)

Eles estavam preocupados que DPM ocupa muito policial. Como é que a sociedade vai interagir se não tem ninguém passando nos seus postos de trabalho? (LC02)

As filosofias institucionais não são permanentes, você tem hora, de que cada secretário, cada comandante imprime a sua maneira de conduzir nunca está de acordo com o anterior, praticamente, cheio das modificações muito profundas e isso deixa a comunidade um pouco digamos assim instável como conduzir, é claro que cada um procura o melhor a gente entende isso, não entendemos isso como vaidade pessoal, mas como cada um dando um enfoque, mas para nós enquanto comunidade civil a gente fica um pouco perdido, porque nós estamos às vezes na direção de um comandante, daqui um pouco chega outro e já não faz mais as reuniões, já não quer mais ouvir a comunidade. (LC03)

Sempre achei válido e é interessante para a Polícia Militar a parceria para fins de participação, trazer os problemas da comunidade, apontar os erros, criar os conselhos, mas de uma forma legal que atue junto com a Polícia Militar e junto com a comunidade, que seja um elo. No papel é muito bonito, funcionaria, mas o principal é a participação da comunidade que eu não tenho visto. Aqui nessa área o único que tem essa visão é o presidente do conselho interativo de Goiabeiras, mas é uma pessoa sozinha, de idade, e não está funcionando como devia. E isso acontece por que falta a participação da comunidade ou às vezes a sociedade solicita policiamento e não está sendo atendida e acaba se desmotivando a fazer, estão as pessoas estão se isolando dentro de suas casas e não estão procurando participar, procurando os direitos dela, falta divulgação, talvez falta a polícia se chegar a comunidade, mostrando que nós estamos disponíveis, dá até medo de participar que hoje as coisas estão inseguras que as pessoas tem medo de se envolver nessa área, as pessoas que estão atuantes, no caso de seu Dório, é uma pessoa que tem que elogiar. Dentro de um lugar perigoso ele tratando da causa militar ele está colocando a vida dele em risco. A verdade é que a comunidade não tem

interagido com a Polícia Militar. Só vem mesmo depois que a coisa acontece para se queixar, reclamar, eu vejo essa distância cada vez mais. (PR02)

Penso como cidadão e como profissional eu tenho certeza, de que a comunidade, a sociedade quer uma aproximação com a Polícia Militar. (PR03)

Acredito que com a abertura democrática, com os governos eleitos pelo povo aonde teve uma proximidade maior, nós tivemos alguns fatos inclusive do governador na época receber líderes comunitários e não receber Coronéis da Polícia. (OF01)

A comunidade sabe seus problemas e leva ao conhecimento da polícia. E a polícia que é o órgão técnico vai empregar os seus meios conforme a necessidade. A polícia comunitária se chegar a funcionar desse jeito vai ser maravilhoso. (OF02)

Eu ia muito em reunião de comunidade. Toda comunidade reunia dentro do quartel. Eu acredito na comunidade, conversar com a comunidade. Eu acredito que sempre vai melhorar se tiver um trabalho junto com a comunidade, ouvindo a comunidade, ouvindo as críticas que é a melhor coisa do mundo. (OF04)

Para que ocorra uma ação democrática é preciso aumentar a capacidade de expressão e de criatividade das pessoas que são ou serão envolvidas numa tomada de decisão, essa idéia é particularmente importante ao se considerar uma organização militar, historicamente conhecida pela ausência de participação dos militares que encontram-se na base da instituição.

Um bom exemplo de participação é o descrito por Dimenstein (2006), quando trata sobre as cidades de Medellín e Bogotá, na Colômbia, em que jovens envolvidos na marginalidade foram convidados a trabalhar como educadores e receberem um salário para manter a ordem na cidade. Um grande diferencial desse programa de segurança pública implementado na Colômbia é a participação de infratores da lei, que dentro dos presídios serviam como mediadores e interlocutores dos sistemas de segurança pública junto às lideranças do crime organizado que estavam na penitenciária. Ex-detentos também eram convidados a participar de programas para outras pessoas em risco potencial de envolverem-se em situações de risco para a sociedade.

Por mais interessante que seja o exemplo da Colômbia, ele na realidade seria somente um pequeno desdobramento do modelo de Polícia Comunitária, que vai

muito além das funções da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público ou dos demais componentes da Polícia Comunitária isoladamente, pois o intuito desse modelo é exatamente promover a participação de inúmeros segmentos, tanto públicos quanto privados para a melhoria na segurança pública.

3 – A POLÍCIA MILITAR

3.1 – HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

No nascedouro de nossa nação, como Portugal não possuía nem recursos financeiros nem humanos para explorar a imensidão do País descoberto, optou pelo regime de capitanias hereditárias, destarte Portugal transferiu para os portugueses mais abastados a posse e a guarda do novo território, inclusive em relação a assuntos de polícia (ARAÚJO et al, 1998)

A função inicial desse sistema seria impedir que povos como franceses, ingleses, holandeses e outros, viessem a construir benfeitorias no território brasileiro, então uma das exigências feita aos fidalgos portugueses que as explorariam, obrigatoriamente teriam que constituir fortificações costeiras, que também serviriam para a guarda das propriedades privadas, além de impedir a invasão de outros povos.

Nesse quadro também existia a condição do donatário ceder terras para outros cidadãos portugueses que tivessem boas condições financeiras, a chamada sesmaria, tal procedimento ajudava os donatários no processo de colonização. Os sesmeiros deveriam em caso de algum tipo de perigo, invasão interna ou externa, prestar apoio ao donatário.

Nesse contexto fica evidente que não há preocupação pelos detentores do poder econômico com a ordem pública, sendo que Portugal adota o mesmo sistema vigente na Europa, um exército composto por portugueses que tinham a função de controle e defesa de toda a possessão territorial pertencente a Portugal, agindo sob ordens diretamente emanadas do governo português.

Somente com a presença da família real no Brasil, em maio de 1809, D. João VI cria, na cidade do Rio de Janeiro, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, objetivando policiar as ruas da côrte e ainda combater o contrabando e descaminho, haja vista que os mesmos afetavam as finanças do tesouro real, e segundo o governo da época, somente a citada Divisão Militar poderia coibir, então temos a criação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a primeira do Brasil, que além de

proteger as finanças reais teve um papel importante na reestruturação da harmonia na cidade do RJ, pois a chegada da família real causou grandes problemas estruturais, dentre eles o habitacional, pois as melhores residências da cidade do RJ foram requisitadas para os funcionários de mais alto escalão da côrte, motivando que muitas pessoas fossem desalojadas. A cidade entrou em colapso em todos os seus setores, inclusive na segurança pública (LOIOLA, 2007).

Logo na criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia e da Intendência de Polícia do Brasil, ambas criadas por D. João VI, houve a gênese da dualidade policial, uma com característica eminentemente militar e outra civil.

Mesmo após a independência do Brasil, ainda existiu o forte remanescente do poder português abrigado na Côrte e fortemente pelo Exército, e com a abdicação de D. Pedro I, entra em cena a política do padre Diego Feijó de enfraquecer o poderio militar do exército, então Feijó criou em 1831, a Guarda Nacional, objetivando contrapor-se ao exército. No mesmo ano também é criada as Guardas Municipais Permanentes, com intuito de descentralizar os serviços de segurança pública.

Vasconcellos (1995), relata a importância de compreender a Guarda Nacional, pois foi essa estrutura do poder no Brasil independente, que ampliou o papel político do latifundiário, segundo o autor, instituição estruturante da política brasileira. O principal objetivo da Guarda Nacional era o de proteger seus membros mais importantes, que foram os responsáveis pela implantação da monarquia. “Desde a criação das modernas corporações policiais, presume-se que as classes superiores devem ser protegidas e não policiadas”. (BRETAS, 1997, p. 163)

A formação da Guarda Nacional acentuou um traço já existente no Brasil colônia: a privatização da autoridade pública, aprofundando a ausência de fronteiras entre o público e o privado, que já tinha raízes profundas na sociedade brasileira, com a participação de militares na administração, a divisão pouco precisa de cargos administrativos, o baixo grau de burocratização da administração pública e também a relativa ineficácia e insuficiência de funcionários locais para suprir às necessidades cotidianas do governo. Os oficiais comandantes da Guarda Nacional eram aqueles que detinham o poder local, grandes latifundiárias com um poder extraordinário. O fato de o Estado imperial ter confiado aos oficiais da Guarda Nacional, por duas

gerações, as funções administrativas nos governos locais, foi um fator central para a construção da nação brasileira, segundo Vasconcellos (1995).

De acordo com Araújo et al. (1998), a Guarda Nacional, na vigência do império, estruturou o poder local, ramificando e solidificando ainda mais o poder dos latifundiários. Nos processos eleitorais seus oficiais eram eleitos para os cargos mais importantes, o que não deixava dúvidas do enorme poder desses latifundiários. O império necessitava dos mesmos para continuar a controlar tanto as eleições como também toda a vida social brasileira. E com o fim do império e com a proclamação da República, o coronel se transformaria na própria representação do poder, e não mais no intermediário da corte ou do imperador.

Mesmo após a proclamação da república as oligarquias, que já tinham um poder regional, almejavam desfrutar do poder político nacional, despontando os estados de São Paulo e Minas Gerais. Com a vinda de missões militares do Exército francês a São Paulo e do Exército suíço a Minas Gerais, as polícias estaduais tornavam-se cada vez mais militarizadas, pois esses dois estados eram referências para os demais estados da federação. Destarte, todo o treinamento dos componentes das polícias estaduais sempre conduziu-se baseada na doutrina belicista e guerreira, assemelhando-se bastante a metodologia de atuação de uma situação de guerra.

Zaluar (1996) destaca que a proclamação da República e a abolição da escravatura vislumbraram situações diferentes para a manutenção da ordem, tendo em vista o acelerado crescimento das cidades e o aparecimento de novos personagens sociais que forçaram a diversificação da população, com a inserção de ex-escravos, imigrantes europeus etc. Assim os conflitos nas cidades cresceram de forma temerária. Com esse crescimento surgiram também os cortiços, mas os governos republicanos iniciaram reformas no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, objetivando torná-la uma cidade moderna, com isso os moradores dos cortiços foram banidos do centro, refugiando-se nos morros cariocas, originando as primeiras favelas. Nessa época o foco do trabalho policial era os indivíduos desempregados e sem renda, tendo em vista que os mesmos eram considerados ameaça a ordem pública.

Segundo Araújo et al. (1998), nos anos 30 temos as polícias no Estado Getulista, que atuaram direcionando suas ações para o processo ditatorial, com perseguições sistemáticas a toda a ideologia diversa do ideal getulista. Sustentado pela ascensão do nazifacismo, as polícias militares foram cada vez mais desviando-se de sua real competência, a segurança pública.

Com a queda do nazifacismo, surge a Constituição de 1946, de cunho bastante democrática para época, buscando uma sociedade livre e democrática, reformulando o papel das polícias do Brasil. Segundo Souza (1986, p. 46), “pela primeira vez orientou-se as Polícias militares dos Estados para o exercício de sua atividade fim, compreendida como sendo a segurança interna e a manutenção da ordem”. Entre os anos de 1946 a 1964, as organizações policiais brasileiras buscaram realizar o seu real papel de segurança pública, entretanto ainda permaneceu um resquício dos velhos hábitos de repressão advindos do período ditatorial getulista.

O período que antecedeu o golpe de 1964 foi marcado por forte nacionalismo, a defesa do Estado sobrepunha-se ao estado democrático de direito, haja vista o iminente “perigo” do comunismo, tornava-se *sine qua non* o emprego de um forte aparato repressor de desvios políticos ideológicos, que pudessem colocar em risco a segurança nacional. E foi a polícia a grande força propulsora para colocar em prática todas as formas repressivas provenientes do regime militar.

Os órgãos angulares do regime militar certamente não teriam obtido tanto êxito, sem a participação do aparato policial militar, conduzido pelo pensamento de que o regime vigente era legítimo, acreditando que estavam defendendo a Pátria do “perigo” comunista. Nessa concepção as polícias militares eram treinadas fortemente voltadas para ações guerreiras e anti-subversivas, acarretando um enorme desvio de suas funções de políticas voltadas para a segurança pública. A atuação repressiva sistêmica envolvia as polícias militares no combate e repressão a todo e qualquer movimento de massa ou isolado de resistência ao regime vigente, admitindo-se, destarte a utilização de técnicas cruéis e degradantes para a aquisição de confissões do então “inimigo” do sistema.

Grande parte da sociedade civil começou a lutar pelo retorno do regime democrático de direito, com a realização de passeatas, seqüestros de agentes diplomáticos e até mesmo de grupos realizando luta armada.

O regime militar perdurou até o ano de 1985. Após longos anos de repressões, o citado regime estava bastante desgastado e a insatisfação da sociedade era grande, demonstrados através de inúmeras manifestações populares. Então no ano de 1985 tem fim o governo dos militares e uma tentativa de restabelecer imediatamente a democracia, com a criação do congresso constituinte de 1986.

Em 1988 é promulgada a constituição, contendo inúmeros pontos voltados para o respeito à dignidade à vida, entretanto no que diz respeito as Polícias Militares, tal constituição retrocedeu, ao inseri-las no campo reservado à defesa do estado e das instituições democráticas, mesmo título aonde encontram-se o estado de defesa, o estado de sítio e as Forças Armadas.

3.2 - POLICIAMENTO TRADICIONAL VERSUS POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

“As polícias podem se adaptar as evoluções, virar as costas a seus valores e práticas tradicionais, abandonar suas rotinas, para inventar novas formas de intervenções e de respostas, adaptadas às novas necessidades?” (MONET, 2001, p. 288)

O regime político democrático segundo Monet (2001), depende da qualidade da sua polícia e do apego dos policiais aos valores que o fundamentam. Portanto, a polícia desempenha um papel político decisivo, que não deveria se resumir a uma questão técnica. O autor é enfático ao afirmar que a democracia necessita da polícia:

Uma sociedade livre não pode dispensar um certo nível de ordem, ou ainda de previsibilidade, nas trocas sociais cotidianas. Quer se trate de limitar a extensão dos comportamentos predadores sem retroceder à auto-defesa dos séculos passados, de facilitar os deslocamentos em sociedades marcadas pela mobilidade de regar as divergências pelas quais uma arbitragem é pedida ou deve ser imposta, a força do elo social e a qualidade de vida de que se beneficia a maioria dos cidadãos das sociedades ocidentais dependem, em boa parte, da maneira como a polícia cumpre as tarefas para as quais ela é solicitada ou que ela própria se atribui. Não só os cidadãos esperam da polícia que ela lhes assegure

um certo nível de segurança, mas lhe pedem que o faça de tal modo que sua convicção democrática saia reforçada (MONET, 2001, p. 29).

Então a instituição de regimes democráticos requer da polícia, como força pública, novas atribuições e novas posturas, fazendo com que ela assuma, um direcionamento progressista em que prevalece o policiamento orientado para a comunidade. Segundo Bondaruk (2004, p. 56), “Polícia Comunitária é uma forma técnica e profissional de atuação perante a sociedade numa época em que a tecnologia, qualidade no serviço e o adequado preparo são exigidos em qualquer profissão”.

Essa vinculação entre modelo de policiamento comunitário e democracia é crucial, segundo Goldstein (2003, p. 13), porque:

[...] para manter o grau de ordem que torna possível uma sociedade livre, a democracia depende de maneira decisiva da força policial. Cabe à polícia prevenir contra a pilhagem de coisas alheias, dar uma sensação de segurança, facilitar o ir e vir, resolver conflitos e proteger os mais importantes processos e direitos – como eleições livres, liberdade de expressão e liberdade de associação -, em cuja continuidade está a base da sociedade livre. O vigor da democracia e a qualidade de vida desejada por seus cidadãos estão determinados em larga escala pela habilidade da polícia em cumprir suas obrigações.

O policiamento orientado para a comunidade ou policiamento comunitário parte do princípio central de que a sociedade deve exercer um papel ativo e coordenado na busca pela segurança, atuando como co-produtor da segurança e da ordem junto com a polícia. Nesse cenário, novas responsabilidades são impostas à polícia no que diz respeito à inclusão do público como ator social no campo do policiamento e da segurança pública.

É importante destacar que Polícia Comunitária, segundo Bondaruk (2004, pg. 48), “é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgão governamentais ou não”. Talvez o leitor que esteja diante desse tema pela primeira vez, possa entender que tal conceito diz respeito somente às polícias, estaduais ou federais, entretanto a Polícia Comunitária envolve a participação de grandes forças da sociedade: a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia.

É notório que há uma diferença essencial entre o policiamento tradicional e o policiamento comunitário. Esse enfatiza a solicitação, o auxílio, o convite e o encorajamento, tendo como objetivo basilar à prevenção do crime com a comunidade, ao passo que o policiamento tradicional é direcionado à advertência, à ameaça, à força e à agressão. Outra situação que caracteriza o policiamento comunitário é a sua capacidade de interagir de forma respeitosa com a diversidade do público, buscando sempre a legalidade de seus atos.

Essa concepção de modelo de trabalho policial remonta, no entendimento de Skolnick; Bayley (2002), ao trabalho pioneiro de Arthur Woods, Comissário de Polícia da Cidade de Nova Iorque, entre os anos 1914 a 1919, período em que destacou a importância social, a dignidade e o valor público da atividade policial em uma série de palestras desenvolvidas com as camadas inferiores da hierarquia do policiamento. Ele estava convencido e defendia a tese de que se o público fosse esclarecido a respeito da função policial, a polícia seria mais respeitada e receberia recompensas pelo desempenho consciente e eficaz.

A implantação da Polícia Metropolitana de Londres, em setembro de 1829 também tem suas contribuições na formulação dos princípios do policiamento comunitário. Ao rejeitar o modelo das polícias militares semelhantes ao estilo Francês, a opinião pública britânica forçou as autoridades a elaborarem um projeto de polícia pioneiro: polícias bem ostensivas fáceis de serem controlados pela população, transpassando a visão de uma polícia secreta, cujo uniforme e equipamento não representam uma força militar ditatorial. O modelo britânico adentrou ao Continente Europeu, levando ainda a concepção preventiva e não somente reativa, de maneira que, a polícia permanece estante aguardando tão somente o crime ocorrer para entrar em cena, acima de tudo inibe comportamentos criminosos.

O modelo de policiamento comunitário está crescendo rapidamente mundialmente e segue, de um modo geral, quatro normas essenciais: 1. Organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; 2. Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não-emergenciais; 3. Aumentar a responsabilização das comunidades locais; e 4. Descentralizar o comando (SKOLNICK, 2002, p. 19).

É evidenciada também uma distinção entre policiamento comunitário e policiamento repressivo, no que tange um reordenamento das prioridades da polícia no modelo

comunitário de polícia, que enfatiza o crime leve e a desordem; um enfoque na solução de problemas e prevenção mais do que ao policiamento tradicional que é direcionado ao incidente. No policiamento comunitário há um reconhecimento do papel fundamental da sociedade na solução dos problemas e o reconhecimento de que a polícia deve ser reestruturada e reorganizada para atender as reivindicações e encorajar um novo comportamento dos policiais e dos cidadãos. Esses conceitos estão sendo utilizados corriqueiramente nos países que têm adotado o modelo de policiamento comunitário, além de novos programas de treinamento e de avaliação da atuação policial.

No policiamento comunitário a modalidade de patrulhamento a pé ganha um enfoque privilegiado em relação ao motorizado, considerando que esse é visto como uma caixa em movimento na cidade e aquele é realmente a presença policial na rua (MONJARDET, 2003). Apesar das vantagens do patrulhamento motorizado, como atendimento rápido as chamadas e um grande alcance territorial, o policiamento a pé tem melhores condições de observações e pode manter um contato mais próximo à população, podendo estabelecer relações de confiança e obtenção de fontes de informação (MARINHO, 2002). Além disso, um estudo de Wilson; Kelling (apud MARINHO, 2002) demonstrou que os moradores dos bairros, aonde o policiamento a pé foi implantado, tinham uma sensação de segurança maior do que as pessoas residentes em outras localidades aonde essa modalidade não havia sido implementada, naqueles bairros as pessoas tendiam a acreditar que a criminalidade havia sido reduzida.

A análise de Rosenbaum (2002, p. 32) mostra que o modelo de policiamento tradicional tem contribuído para reforçar a imagem da polícia como combatente do crime, tendo como principal ferramenta de intervenção a repressão, conforme ele descreve:

[...] o trabalho de controlar o crime é considerado como prioridade maior da polícia sob o modelo tradicional (outras funções-chave incluem fornecer serviços de emergência, administrar a justiça através de prisão e oferecer uma cadeia de serviços não-emergenciais). Esses métodos tradicionais usados para combater o crime incluem detenção (através de patrulha preventiva ou prisão), incapacitação e reabilitação. [...] as polícias têm adotado completamente (e promovido através dos anos) a imagem de 'combatentes do crime' [...]. Um dos maiores problemas com o policiamento tradicional tem sido a confiança excessiva no policiamento

repressivo como principal instrumento de controle do crime e da desordem. Qualquer que seja o problema, a primeira inclinação dos policiais é fazer uma prisão, e esta tendência é resultado tanto da pressão da comunidade quanto da pressão de dentro da organização policial.

Nas falas dos entrevistados pode-se extrair inúmeros trechos que retratam o policiamento tradicional, descrito acima, são testemunhos importantes para que possamos perceber na prática o que realmente estamos tentando descrever como esse policiamento tradicional.

Eu nem sabia qual era a sala do comandante, eu nem sabia onde ficava a porta do comandante da companhia. Para eu chegar e tentar reivindicar alguma coisa eu tinha que falar com o sargenteante⁴. Ele perguntava o que eu queria conversar com o comandante? Ele dizia: você não está autorizado. (PR02)

Ele era o meu juiz. Se ele sentisse que eu fosse reclamar da escala que fosse de encontro à pessoa dele, eu não poderia ir de forma nenhuma e se fosse era comunicado⁵. Naquela época não tinha o RDME⁶, legítima defesa, a gente era punido mesmo. (PR02)

Nesses dois trechos é perceptível o grau de autoritarismo, ausência de participação, subordinado tratado com descaso, trazendo prejuízo para a otimização do emprego policial, pela falta de motivação desse.

Acabaram com as companhias, num contexto geral acabaram com as companhias, e o que aconteceu a área ficou muito extensa e infelizmente não deu conta, administração saiu daquela região ou bem ou mal ainda funcionava e infelizmente cortou o vínculo com a comunidade, precisa ouvir mais a base, ouvir quem trabalha na viatura, ouvir o PO⁷, ouvir o comandante de companhia, porque na verdade é ele que lida com a comunidade. (OF03)

⁴ Sargenteante: Sargento que tem a função de confeccionar a escala de serviço de todos os policiais da companhia, além de sugerir elogios, confeccionar o plano de férias do efetivo, enfim todas as funções administrativas que envolvessem os componentes da companhia;

⁵ Comunicado: termo utilizado para a confecção de um documento de um superior contra uma possível transgressão disciplinar do subordinado, sendo que se comprovada a culpa do subordinado, a pena poderia chegar até a reclusão, leitura pública da transgressão e qual a pena foi aplicada e ainda seria lançada nos assentamentos funcionais do policial;

⁶ RDME: regulamento disciplinar do militar estadual, totalmente reformulado e voltado para a ampla defesa e o contraditório do policial militar;

⁷ PO: Policiamento ostensivo, atividade fim da Polícia Militar, policiais que diuturnamente fazem o policiamento ostensivo a pé.

O relato anterior aconteceu recentemente, entretanto não diverge muito das formas de atuação gerencial do regime militar, que não havia qualquer tipo de participação tanto interna quanto externa em assuntos de interesse social como a segurança pública.

O policiamento no início da década de 90 era mais de choque em cima dos traficantes. Isso quando era chamada, se não fosse chamada dificilmente à polícia vinha. Era muito difícil, o estilo daquela época era diferente. Era somente de reação, se houvesse algum problema aqui ela vinha. Mas não havia policiamento preventivo, patrulhamento sendo feito. (LC01)

Essa é a visão do modelo reativo de esperar o crime ocorrer para depois intervir, mas as “cicatrices” deixadas nas vítimas são difíceis de serem fechadas, e por mais que se capture e prenda um homicida, não há como ressuscitar a sua vítima.

Eu presenciei alguns casos, de ver o bandido algemado tomando chute e tomando tapa. É aquele negócio, a gente age às vezes com o coração. Ao mesmo tempo em que a sociedade quer que a polícia seja cidadã, seja cortês; ela pede que os caras ajam, depende da situação. (LC02)

Eu moro hoje próximo de um morro, o cidadão de bem fala: o policial chegou, bateu, escancarou; não precisava disso; ele podia chegar numa boa, a gente sabe quem é ruim e quem é bom, a gente até se aproximava mais, mas não, ele chega dando tapa, ele chega batendo. Uns eles até elogiam, a minoria; a maioria chega batendo, chega truncando. Eles próprios dizem: se eles fossem mais cautelosos até o pessoal da comunidade confiava em dar as informações. (LC02)

Nos dois relatos acima apesar do policial militar ser fruto da sociedade e essa por vezes pensar que o policial no “calor” da prisão deva ser o juiz do detento, os profissionais de segurança pública devem fazer cumprir a Lei e preservar a integridade física do suposto criminoso. O policial militar só tem a ganhar agindo dentro da legalidade tanto salvaguardando sua carreira como angariando a simpatia de muitos colaboradores.

Eles até alegavam, quando chegar para trabalhar com o povo não tem esse negócio de vir conversando manso não, tem que chegar e se impor, é chegar com voz firme, é mostrar que você que manda, paisano é paisano, é como se fosse um bicho e o policial é que mandava porque naquela época não tinha um respeito, mas tinha um temor da população, o pessoal respeitava ficava com um pé atrás em relação à polícia, quando a polícia chegava o cara parava tudo o que tava fazendo e acabou, ou por bem ou por mal tinha que parar, se tava jogando, se tava no bar..., não interessava, uma guarnição chegava, era como se fosse assim na época do velho oeste, o cara chegou todo mundo recua e fica todo mundo mansinho, a população na verdade temia a polícia. (OF03)

Nós sabíamos que se nós não adotássemos posturas bem rígidas, esses profissionais poderiam se exceder e levar você a inclusive a também cometer excessos. (OF01)

Esses últimos dois trechos de entrevistas foram colocados visando apresentar dois bons exemplos de policiamento tradicional, com ensinamentos e práticas autoritárias, tendo o aplicador entendendo como mais fácil e rápido se impor pela coerção, mas o respeito e a confiança só se adquire com muita participação e respeitando os direitos e a dignidade de todos os cidadãos.

Mesmo com a adoção do modelo comunitário é necessário ter em mente que a polícia mantém como objetivo precípuo à redução do crime, entretanto são feitos reordenamentos almejando-se conquistar o citado modelo através de estratégias indiretas envolvendo funções policiais diversas.

Por isso, Rosenbaum (2002) considera um fator marcante no modelo de policiamento comunitário é o foco na prevenção de “problemas”. Esse modelo pressupõe que o policiamento eficaz deve envolver a identificação da fonte e da natureza desses “problemas” e trabalhar para desenvolver ações eficazes. O modelo tradicional é um policiamento direcionado para o incidente, não desenvolve um pensamento sobre os problemas persistentes. Nele o policial imagina que sua atuação esteja encerrada quando atende à reclamação do cidadão sobre um incidente específico.

No que tange o policiamento comunitário, a solução de problema não é um dado isolado e requer a efetiva participação da comunidade. Essa participação constitui peça essencial para o policiamento comunitário e é o seu traço distintivo, proporcionando uma concepção de produção conjunta da segurança pública. Já o modelo tradicional de polícia exclui a participação da comunidade ou em algumas situações proporciona somente uma falsa sensação de participação.

“No modelo de policiamento comunitário, a comunidade assume como ator social protagonista e co-produtor de segurança pública e a polícia recebe a incumbência de exercer o papel de liderança e de catalisador da mudança comunitária, gerando autonomia e auto-gestão nas comunidades.”
(ROSENBAUM, 2002, p. 55)

Ao se adotar o modelo do policiamento comunitário, os papéis da polícia no processo de construção da comunidade são ilimitados e poucos são os que se assemelham ao que era desenvolvido no modelo tradicional, que enfatiza a imagem do combatente do crime individualizado. Na visão do policiamento comunitário, o

policial necessita precipuamente buscar a contribuição e a participação da comunidade na definição e na resolução dos problemas locais, bem como identificar e mobilizar os recursos necessários para oferecer respostas eficazes diante dos problemas, adquirindo assim, parcerias dentro e fora da comunidade. O policial torna-se um referencial e articulador de ações no contexto da comunidade, a fim de criar um ambiente adverso aos comportamentos anti-sociais e criminosos.

O quadro comparativo a seguir quando confrontado aos dados obtidos na pesquisa de campo permite identificar se o policiamento que está sendo aplicado atualmente, está de acordo com o modelo proposto de policiamento comunitário ou ainda encontra-se nos mesmos moldes do policiamento tradicional:

Policiamento tradicional	Policiamento comunitário
Policial trabalha em vários bairros;	Policial trabalha sempre no mesmo bairro;
Policial é anônimo;	Policial é conhecido da comunidade;
Baixo grau de participação da comunidade;	Alto grau de participação da comunidade;
A polícia é reativa	A polícia é proativa;
Policial é mero executor;	Policial é chefe de polícia local;
A iniciativa das ações é centralizada;	A iniciativa das ações é descentralizada;
Ênfase às unidades especializadas;	Ênfase às unidades de área;
Menor nível de motivação para o policial;	Maior nível de motivação para o policial;
Autoridade imposta;	Cooperação e pensamento criativo;
Informações de alcagüetes;	Informações de cidadãos engajados;
Policiamento pela intimidação;	Estabelecimento de laços de confiança;
Chegada após a ocorrência;	Solução dos problemas por integração ativa;
Trabalha a quantidade e generalização dos números;	Qualidade e resultados direcionados;
A polícia elabora e indica as necessidades;	Comunidade indica suas necessidades;
Carência quanto a redução do crime;	Redução do medo do crime

Quadro 2: Comparativo policiamento tradicional e policiamento comunitário

Fonte: Bondaruk (2006, p.54)

Em matéria publicada pelo Jornal a Folha de São Paulo, o colunista Dimenstein (2006) trouxe um relato sobre a redução da criminalidade, e em especial a de homicídios, em duas das cidades mais violentas do mundo, Bogotá e Medellín, sendo que essa última na reportagem intitulada a capital mundial da violência e grande parte da drástica redução da taxa de homicídios deveu-se pela comunitarização das práticas de gestão de segurança pública, com a participação de diversos segmentos da sociedade, principalmente dos grupos marginalizados da

sociedade, como ex-membros das FARC⁸ e paramilitares. Essas pessoas eram convidadas a participar de programas visando resgatar pessoas em risco em potencial de envolverem-se em situações conflituosas com a sociedade.

De forma análoga Marinho (2002) em sua dissertação estudou a Polícia Militar sobre duas concepções, de um lado o modelo profissional, em que o trabalho policial é sistematizado levando-se em consideração mais a sua eficiência do que a obtenção de legitimidade, buscando aumentar seu controle organizacional sobre o ambiente o qual está inserida, com um considerável grau de previsibilidade para o policiamento profissional, assemelhando-se ao policiamento tradicional. No outro extremo, a autora descreve um modelo que atribui uma atenção especial à multiplicidade das atividades policiais militares, através do modelo de policiamento comunitário.

Para Beato; Marinho (2006, p. 31), o policiamento profissional “prioriza as táticas de respostas rápidas às chamadas dos cidadãos, o patrulhamento em automóveis em detrimento do policiamento a pé, maneiras limitadas de contato com a comunidade que a legitima”. Por essa lógica o modelo profissional desconsidera a importância do ambiente institucional ao qual se insere.

Em nossa pesquisa buscou-se por meio de entrevistas extrair do público alvo sua visão sobre a transformação de uma polícia tradicional para uma polícia comunitária.

De primeiro era muito difícil nós cidadãos comuns ter acesso a comandante ou do oficial Polícia Militar. A gente ia lá e ele nunca estava ou não podia receber, mas depois que houve essa criação dos conselhos interativos eu acho que a polícia mudou da água para o vinho. Realmente tornou-se uma polícia cidadã. Hoje do jeito que o senhor conversa com um policial soldado o senhor conversa com um oficial lá no batalhão, são pessoas hoje que são policiais de escola. (LC01)

Um caso que é muito sintomático e é importante que se diga e que nos chamou muita atenção, pelo menos para mim, é que enquanto a polícia militar era vista sempre um pouco de lado, assim como eu disse tendo ainda aquele ranço da dita revolução, do regime de exceção, ela mudou completamente e se integrou. A Polícia Civil por outro lado, apesar de ter o nome civil, a comunidade civil não conseguiu ter esta ligação, essa alteração de delegados e outros membros da civil e a mudança muito constante. Você acaba não criando laços de amizade, laços de confiança, de empatia de o policial conhecer a comunidade, conhecer melhor, se

⁸ FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

integrar mais à comunidade. A polícia militar transformou completamente o seu efetivo, que agora ao incutir naquele policial que ele é um cidadão fardado, que deve satisfações à comunidade, então começou a preparar os oficiais, os praças, os intermediários, sargentos, para esse contato mais cortês com a comunidade. Eu acho que houve uma mudança muito grande, de que a polícia não é vista mais como a repressora aquela que só chega batendo, a polícia já é vista como uma parceira da comunidade. (LC03)

A própria formação policial já mudou e muito. E da década de 90 para cá com a criação da Polícia Interativa com a parte de Direitos Humanos e as técnicas de emprego da Polícia Interativa também trouxe muita mudança para a atividade policial e o reconhecimento por parte da comunidade. (PR05)

Porque antes o policial era pego a laço, hoje para entrar a disputa está muito grande, então hoje o policial já está mais doutrinado, hoje se exige aí o ensino médio para entrar na polícia, então cresceu muito, e melhorou bastante desde o momento que eles colocaram os professores universitários para dar aula dentro do CFA, porque antigamente os oficiais que eram os instrutores, formados em várias academias, era o militarismo mesmo, o coronelismo e acabou. (OF03)

O cara que não aceita mudança é um idiota porque mudança vai existir sempre. (OF04)

Nos trechos de entrevistas acima fica claro a mudança das duas filosofias de gestão, e em particular na última transcrição, o oficial da PMES usou uma frase forte para destacar que os tempos são outros e a mudança da forma de atuar da PMES é inexorável.

Confirmando a fala dos entrevistados há um estudo de Rolim (2006), o qual destaca que em todos os países do mundo, está em curso uma importante mudança doutrinária nas polícias, a idéia de policiamento comunitário está se transformando no discurso oficial de muitas localidades, como por exemplo nos Estados Unidos, que atualmente tem na reforma policial parte integrante dos objetivos governamentais, aparentando ser um consenso entre os tomadores de decisão.

3.3 – A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL

Segundo Silva (2003), da mesma forma que as idéias da motorização da polícia e do isolamento provieram dos Estados Unidos da América (EUA), dessa nação também

advém à concepção da Polícia Comunitária, apesar do autor tratar, que não tem como afirmar onde e quando ocorreu a gênese dessa forma de empregar a polícia. Há anos que policiais brasileiros têm visitado, além dos EUA, organizações policiais de outros países, conhecendo-lhes os métodos, técnicas e as formas de relacionamento com a comunidade.

Considerando a premissa de uma maior interação com o cidadão, algumas organizações policiais brasileiras analisaram novos modelos de policiamento de proximidade com a comunidade, implementados em países da Europa e Estados Unidos da América. Esta última nação tem sido referência em várias instituições policiais brasileiras que vêm buscando adotar programas de combate ao crime com práticas semelhantes àquelas utilizadas em departamentos de polícia daquele país, para minimizar o fenômeno da violência em suas cidades. (CRUZ; BARBOSA, 2005, p. 3)

No início dos anos 60 nos EUA pensava-se que a corrupção policial militar era causada pela demasiada aproximação do policial militar com a população, feita preponderantemente pelo policiamento ostensivo a pé, e as autoridades estadunidenses concluíram que o policiamento motorizado, além de solucionar essa adversidade, implicaria em uma maior cobertura de áreas, possibilitando uma cobertura de maneira imparcial a um maior número de pessoas.

Entretanto no final da década de 60 e início da década de 70, a população querendo dirigir-se ao cidadão policial, como alguém a quem pudesse ter um contato pessoal diário e pudesse confiar, houve novamente nos EUA uma busca pelo retorno dos antigos padrões de policiamento, aquele ligado diretamente a um local, a um bairro, a um quarteirão e prioritariamente na modalidade à pé.

Associado aos anseios da sociedade estadunidense, as autoridades tinham dificuldade em entender o motivo pelo qual eram gastos milhões de dólares na contratação de policiais, em equipamentos e armamentos de última geração, e mesmo assim os índices de criminalidade ainda aumentarem em escalas assustadoras, e, além disso, a imagem da instituição policial estava cada vez mais desgastada pela população, acarretando uma falta de cooperação nos assuntos referentes a segurança pública.

É nesse contexto que no início da década de 70 elaborou-se a construção de uma nova filosofia de polícia nos EUA, a Polícia Comunitária, em que busca a aproximação da polícia com a comunidade, propiciando que além da fiscalização da polícia pela sociedade, a polícia passaria a ter centenas de milhares de olhos e ouvidos em uma localidade, onde anteriormente somente teria algumas dezenas de policiais tentando de forma pouco eficaz resolver problemas de segurança pública na região.

No Brasil o primeiro estado a adotar essa nova filosofia de polícia foi o Rio de Janeiro, a partir de 1984, e inicialmente houve dificuldades tremendas em relação à implantação da Polícia Comunitária, como destaca Silva (2003), na verdade, os policiais-militares estavam, e ainda estão, condicionados a serem empregados como instrumento de repressão e de força, da mesma forma que boa parte da sociedade estava, e ainda está, habituada a vê-los trabalhar desse jeito, com componente preconceituoso. E é dentro dessa nova concepção de ordem pública, onde a colaboração e a integração comunitária sejam novos e importantes referenciais, proporcionando um novo policial e uma nova polícia, que é implementada a Polícia Comunitária.

A seguir será dedicado um tópico para tratar do assunto direitos humanos, que foi uma das disciplinas inseridas na matriz curricular dos cursos de formação policial em meados da década de 90, e que atribui-se grande influência na comunitarização dos policiais.

3.4 - O IMPACTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O assunto Direitos Humanos surgiu no pós-guerra, como contrapartida às atrocidades perpetradas pelos nazistas. Destarte, segundo Piovesan, (2003, p. 31):

uma das principais preocupações desse movimento foi converter os direitos humanos em tema de legítimo interesse da comunidade internacional, o que implicou nos processos de universalização e internacionalização desses mesmos direitos.

Somente com início do processo de democratização do Brasil, com fim do regime militar é que o Estado brasileiro passou a ratificar relevantes tratados internacionais de direitos humanos.

Em 83 estava vigente ainda a ditadura militar no Brasil, e sem democracia não existia voz os próprios movimentos de direitos humanos, sistema cultural democrático, pró- liberdade. Esses movimentos não tinham voz no Brasil, e na polícia militar muito menos até pela própria cultura, militarista, as próprias forças policiais do Brasil. A Polícia Civil a gente sabe estava impregnada, então era muito difícil, e a polícia tinha essa formação e aqui o modelo interativo veio exatamente para reverter isso da polícia de estado que ia para rua, o policial pela própria característica da formação dele via a sociedade como inimigo, ele não via como amigo, como parceiro, ele via como um inimigo, a formação contribuía muito para isso. (OF05)

O grande marco de incorporação desses tratados de direitos humanos no Brasil foi a assinatura em 1989, da Convenção contra a tortura e tratamentos degradantes, sob a âncora da Constituição cidadã de 1988, muitos outros instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos foram absorvidos no direito do Brasil, como: a Convenção sobre os direitos da criança, em 1990; o pacto internacional dos direitos civis e políticos, 1992; a convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, em 1995 e outros.

*A liberdade é, sem dúvida, conquista inigualável no Brasil democrático atual, mas ela sozinha não é, porém suficiente para assegurar ao país a plenitude do Estado Democrático de Direito. A polícia é o setor mais importante deste processo, pois é dela que flui a garantia ou não do usufruto e gozo de grande parte dos direitos humanos. (ARAÚJO *et al*, 1998, p. 41)*

A Constituição de 1988 já apresentava dispositivos que reproduzem fielmente enunciados abordados nos tratados internacionais de direitos humanos, como por exemplo, o art. 5º, inciso III, da Constituição Federal, ao discorrer que “ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento cruel, desumano ou degradante”, (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 5), sendo esse artigo reprodução literal do art. V da Declaração Universal de 1948.

O Brasil reafirmou a carta das Nações Unidas, como membro dessa instituição, com a crença nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e valor do ser humano, e na igualdade de homens e mulheres perante a lei. Comprometendo-se dessa forma

a respeitar os direitos humanos e liberdade fundamental de todos, sem distinção de raça, religião, língua ou sexo. (CERQUEIRA, 2001)

A ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos deveu-se grandemente a pressão dos países desenvolvidos, para que o Brasil obtivesse uma imagem mais positiva no contexto internacional, como país respeitador e garantidor dos direitos humanos. Desta forma, o conceito de cidadania no Brasil vê-se ampliado, na medida em que passa a incluir não apenas direitos previstos no plano nacional, mas também direitos internacionalmente enunciados.

Os policiais depararam-se com uma dualidade na execução de suas atividades, como mostrado por Araújo *et al.* (1998), mesmo sendo a função central do policial promover e proteger direitos e liberdades fundamentais do homem, as situações que compõem o exercício de sua atividade acabaram por torná-los infratores potenciais dos próprios direitos que deveriam promover. Essa divergência pode ser explicada pelo acúmulo de poderes e prerrogativas legais delegadas aos policiais, em nome do cumprimento das leis e da preservação da ordem pública. Todavia, vivencia-se em todo o território nacional a violação dos direitos humanos por parte daqueles que deveriam defendê-lo, através do uso excessivo da força e detenções arbitrárias. Entretanto, a única razão legítima para o uso da força pela comunidade contra um dos seus membros seria para impedi-lo de prejudicar a coletividade.

Em grande parte essas lógicas autoritárias são remanescentes do período de regime militar, momento que ocorreu a ênfase na prática de torturas. A modificação dessa lógica demanda tempo e muito esforço das organizações policiais, o que vem sendo tentado também através da punição do mau policial, com a instituição das corregedorias e ouvidorias de Polícia, que hoje são uma realidade em grande número de estados federados. Entende-se a mudança efetiva do ensino e práticas policiais como de vital importância para a afirmação das políticas institucionais no seu recurso humano.

3.5 - MUDANÇA DO ENSINO POLICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Não há que se falar em mudança de comportamento do cidadão se não há mudança educacional, pois os profissionais de segurança pública não conseguirão mudar sua metodologia de atendimento a comunidade se ele não entender que aquela mudança é de cunho institucional e não apenas de determinados setores ou pessoas que compõem a organização, destarte, o professor Rosa *et al* (2006), realizou uma pesquisa sobre a formação do soldado da PMES desde 1970 até 2006 e muitas e importantes constatações foram feitas, tendo sido colocado no apêndice C, algumas matrizes curriculares que compõem o trabalho citado.

Na década de 70 foram basicamente as seguintes disciplinas que compuseram a grade curricular do curso de formação de soldados (CFSd): Instrução policial e patrulhamento, educação física militar, educação moral e cívica, noções de direito, instrução de policiamento de trânsito, higiene e socorros médicas de urgência, instrução prática de bombeiro, instrução geral, relações públicas, ordem unida, armamento e tiro, informações, logística, emprego tático e maneabilidade, guerra revolucionária, distúrbios civis e guerrilha urbana e ação educativa contra a guerra revolucionária. De acordo com Rosa *et al* (2006, p. 18):

Na década de 1970, a formação do policial militar estava ligada intimamente à preservação do Regime Militar. Isso é compreensível, porque, com o golpe militar, deflagrado em 1964, a aproximação entre as Polícias Militares e o Exército tornou-se cada vez mais estreita, até que, em 02 de julho de 1969, por força do Decreto-Lei Federal nº. 667, as Polícias Militares Estaduais passaram a ser coordenadas pelo Exército. Este fato fez com que as Polícias Militares Estaduais se engajassem mais diretamente naquilo que era entendido como combate ao “inimigo interno”. A Polícia Militar se tornou uma espécie de apêndice das Forças Armadas, no sentido em que se pautava pela preocupação com supostas ações (desestabilizadoras) dos “subversivos”. Assim, a Segurança Nacional interessava mais do que a segurança dos cidadãos.

Na década de 80 as disciplinas não tiveram mudança significativa e basicamente foram às mesmas disciplinas descritas na década de 70 que compuseram as matrizes curriculares da década de 80, com o acréscimo das seguintes disciplinas: Língua portuguesa, matemática e defesa pessoal. E “a pessoa era treinada para ser policial para combater bandido, mas não se falava muito no cidadão”. (OF05)

No final da década de 80 e início da década de 90, as disciplinas de guerra revolucionária, distúrbios civis e guerrilha urbana, emprego tático e maneabilidade e ação educativa contra a guerra revolucionária desaparecem, mas somente no meio da década de 90 que a matriz curricular do CFSd da PMES foi quase que totalmente reestruturado.

Com a advento de disciplinas como psicologia, sociologia, criminologia, evolução histórica da PMES, direito penal, direito processual penal, direito da infância e juventude, percebe-se uma ruptura do ensino policial militar, de uma polícia voltada estritamente para a repressão, distante da sociedade e dos anseios da mesma, para uma polícia cidadã, que se preocupe em estar ao lado da comunidade, dialogando e aprendendo a maximizar suas atuações com a participação social. No ano de 1998 foi inserida na matriz curricular CFSd a disciplina polícia interativa, nomenclatura adotada para a polícia comunitária conhecida do restante do País e do mundo.

Mudou significativamente, na verdade eu me lembro bem, que na minha turma de soldado foi recebida naquele bairro lá no início, em Santana, era recebido lá embaixo e subia rastejando, com gás, então, hoje a gente percebe até na recepção que é diferente. É até engraçado, teve uns policiais que foram para o interior aí, só voltaram para fazer o curso de habilitação de cabo, morriam de medo, quando chegava lá eles eram recebidos com café da manhã, eles achavam que era trote, eles ficavam perguntando um para o outro vem cá, o que está acontecendo, aguarda que vem coisa aí, isso é trote, ninguém esperava aquilo, então mudou e mudou e muito, na polícia aquela visão militarista. (OF 05)

No século XXI foram mantidas as mesmas disciplinas de final da década de 90 com o acréscimo de algumas disciplinas voltadas para a técnica policial e conhecimento jurídico.

Ao comparar-se o aprendizado policial militar do ES da década de 70 com o atual não necessita-se fazer uma análise mais apurada para identificarmos que tínhamos uma formação totalmente guerreira, uma extensão do exército brasileiro, e passa-se a ter uma organização realmente policial, uma organização que atua realmente voltada para assuntos de polícia, que segundo o dicionário Michaelis de língua portuguesa é conceituada como:

órgão auxiliar da justiça cuja atividade consiste em prevenir, assegurar, manter ou restaurar a ordem, a tranqüilidade, a segurança e a liberdade pública e individual: proteger a propriedade e zelar pela moralidade dos costumes averiguando, a sinergia social. (MICHAELIS, 1998, p. 1653)

Nos dias atuais já não são aceitas práticas pedagógicas nos cursos de formação da Polícia Militar do ES alicerçadas “no modelo positivista, que impera a idéia de consenso, harmonia, aceitação e submissão” (BAPTISTA, 2002, p. 45). O modelo comunitário-interativo alerta para uma formação policial que prepare o profissional a atuar em ambiente complexo, respondendo prontamente as incertezas do meio ambiente. Monjardet (2003) enfatiza a evidência da existência no trabalho policial uma realidade contrária a aplicação mecânica das regras, devido a complexidade das atividades policiais serem indeterminadas, proporcionando um imprevisibilidade, não codificável e nem controlável.

Mesmo com a nítida mudança do ensino policial, cuja algumas matrizes curriculares foram colocadas no apêndice C, foi importante entrevistar policiais, apesar de alguns serem formados nos anos 90, após o término do regime militar, relatam uma enorme contradição entre o ensino e a prática policial.

As entrevistas abarcaram também policiais formados na época do regime militar, as agressões perpetradas contra os futuros promotores da lei e da ordem impressionam até mesmo partícipes do sistema.

Você via as coisas acontecendo lá fora no próprio pátio que era tudo contra o que eles estavam pregando dentro da sala de aula. Direitos humanos na sala de aula é tudo bonito, mas lá fora aconteceram coisas terríveis. (PR02)

Claro que na prática é tudo diferente. O CFA⁹ é muito teórico você aprende o que vai fazer só no quadro negro. Passam a função do policial, mas aqui fora é bem diferente. Você não vai trabalhar com outro aluno soldado, você vai trabalhar com outra pessoa com outro tipo de ensinamento. Me colocaram com uma pessoa mais velha ele ficava me moldando me induzindo ao erro várias vezes, sair cedo, fechar o DPM¹⁰, ir para fora do setor essas coisas, mas que não dá nem para falar aqui. (PR02)

⁹ CFA: Centro de Formação e Aperfeiçoamento, local aonde são formados e requalificados os policiais da PMES;

¹⁰ DPM: Destacamento Policial Militar, local ligado a uma companhia de polícia;

Aquelas porradas que ele tomava lá dentro do curso de formação não podia chegar aqui fora porque a sociedade civil não aceitava. Isso para nós todos que somos da velha guarda foi um choque, a forma de ensinamento e a forma de atuação. (PR03)

O primeiro estágio meu foi no 1º Batalhão. O 1º Batalhão era onde funciona hoje a CCS¹¹ e a DAL¹². Eu e o Cordeiro saímos no pátio para ir embora depois do expediente e encontramos com o Cel. Reinaldo pai do Maj. Renivaldo do BME¹³ e o Cel. Pegou nós dois: vocês estão fazendo o quê? Terminamos o expediente e vamos embora. “Não, vocês vão se armar e vão para Novo Horizonte, São Sebastião antiga Carapeba”. São Sebastião era o prostíbulo da época aqui. “Eu quero o Edmilson preso hoje, Edmilson Cândido do Rosário”. Edmilson era o marginal que estava fazendo sucesso aqui no Espírito Santo. “Eu quero ele preso hoje e ele está lá em São Sebastião”. Eu montei em um caminhão espinha de peixe com trinta homens atrás, Cordeiro em outro e fomos embora. Sem experiência, nunca tinha dado um tiro. Eu estava no primeiro ano na escola, mas não tinha dado nenhum tiro na academia. As coisas naquela época aconteciam de forma muito surpreendente, as coisas aconteciam sem que a gente tivesse orientação. Tanto foi que quando eu cheguei a Novo Horizonte, eu quis colocar o meu pelotão em forma. Sai do caminhão: vamos desembarcar, na minha frente, por três, sentido, cobrir, dentro de Novo Horizonte. A sorte que apareceu o Ten. Morais, finado Ten. Morais, que morreu como Capitão no bombeiro. Morais chegou lá na hora: não, pode deixar a vontade. Então as coisas aconteciam naquela época de forma muito empírica, muito no cabresto, de acordo com a situação e não tinha muita orientação. (OF02)

O cidadão não era aquela figura com que se preocupar. Se a gente tivesse que dar uma tapa em um cidadão no meio da rua a gente dava e estava tudo certo. Sabia que não haveria nenhuma represália, que não ia responder por isso. Chegasse no São Sebastião, o cara riu para a gente, mete a mão, está tudo certo. Em um bairro nobre não se agia assim porque havia uma preocupação maior porque os nossos Coronéis eram ligados a alta sociedade justamente por causa do militarismo. Havia uma preocupação da alta sociedade em ter a amizade dos nossos Coronéis naquela época, hoje não. A polícia normalmente não atuava muito nessas áreas. Atuava no morro, em prostíbulo, nos bolsões de pobreza. Raramente atuava nas áreas mais nobres. As coisas funcionavam desse jeito, não havia muito critério. (OF02)

Em 1990 no “teste de vivacidade”¹⁴ eu até quis sair da Polícia Militar por causa disso, que nos pegaram quarta-feira meio dia começaram a dar uma

¹¹ CCS: Companhia de Comando de Serviço, efetivo que desempenha um papel burocrático nas atividades do Quartel do Comando Geral da PMES;

¹² DAL: Diretoria de Apóio Logístico da PMES;

¹³ BME: Batalhão de Missões Especiais

¹⁴ Teste de vivacidade: exercícios para testar a resistência tanto física quanto psicológica dos alunos, no geral exigindo-se que o aluno executasse as mais diversas atividades físicas no menor tempo possível.

instrução lá, segundo eles dentro das técnicas, mas não tinha nada a ver. A gente com fuzil corre para lá, corre para cá, até então tudo beleza, faz parte da instrução, ordem unida, mas nos colocaram numa caixa d'água próximo ao prédio da administração do CFA, no subsolo, tinha uma portinhola, cheia de gás, quando nós chegamos ali, soldado vibrador¹⁵, abriram a portinhola e colocaram todo mundo lá dentro, eu fui o último a entrar e fiquei embaixo da portinhola. Então todo mundo vibrando querendo mais gás aquela coisa toda de aluno soldado bobo. Um oficial abriu a portinhola e jogou duas ampolas de vidro. Primeiro estava cheio de gente lá dentro ele não devia ter feito isso. Caiu justamente no meu parceiro, no ombro dele e na minha cabeça e quebrou em cima de mim, eu já estava sujo de lama, tinha rastejado no arrozal lá embaixo, naquela pocilga. Aquilo causou uma reação na minha pele, começou a queimar eu tentei resistir, dar uma de durão, não pode reclamar de nada, aluno é superior ao tempo, a dor, comecei a me segurar, o companheiro começou a gritar de uma forma que todo mundo silenciou, [...] eu comecei a bater na portinhola fechada ainda. Aí um oficial da polícia ele mandou a gente sair e quando eu saí, ele estava com uma vara de goiaba na mão e minha farda cheia de fumaça. Meu Deus está acontecendo alguma coisa está me queimando. Comecei a tirar minha gandola porque não estava agüentando de queimadura, estava doendo tudo, o vidro me cortou do lado direito, na orelha, sentindo muita dor onde cortou e bateu o gás. Não passou não, rolei no chão de dor tentando segurar ainda. O oficial veio com o galho de goiaba na mão me chamando de muchiba¹⁶. Empurrei-o pelo peito. Você está doido, está me matando, comecei a tirar a farda e fiquei só de cueca. Ele percebeu o que estava acontecendo, minha pele estava ficando toda vermelha. Corri para uma torneira e comecei a me lavar. Mandaram a gente ir para um ambulatório que tem no CFA ainda. Quando eu cheguei lá já tinha três alunos soldados de outro pelotão que haviam passado ali que tinha acontecido uma situação parecida. Mas eles deitaram no chão para o gás ter menos efeito, queimaram as pernas. Meu caso foi diferente jogaram em cima de mim. Depois de meia hora que a gente estava ali passaram uma pomadinha na gente. Eu falei tenho que ir para o HPM¹⁷ a situação é muito grave. Ninguém pode sair do quartel. Ainda tentei voltar para o pelotão. Pensei aquela pomada vai melhorar. Tentei me equilibrar coloquei a calça peguei meu fuzil, tentei voltar. Nisso já estava amanhecendo o dia começou a nascer bolha e eu corri para lá e disse me leva para o hospital que o negócio está feio aqui. Levaram a gente para o HPM, todos na mesma situação, queimados. Chegou lá no ambulatório numa sala separada. Antes de eu ir para o HPM, já tinha amanhecido o dia, passava esse oficial toda hora perto da gente com a tropa e dizia esses aí são os muchibas que não agüentaram, vocês estão aqui até o final. Uma coisa que eu não provoquei. Ninguém podia sair daquela sala do ambulatório porque ninguém podia ver a gente machucado, estava chegando outros oficiais ali no quartel, os paisanos da faxina e eu fugi corri lá no orelhão e liguei para casa a cobrar. Pai aconteceu o seguinte estou todo ferrado aqui, me queimaram todinho. Estou sendo vigiado, não podia

¹⁵ Soldado Vibrador: policial que está muito motivado, esta sempre disposto a executar uma atividade com grande presteza.

¹⁶ Muchiba: termo utilizado para designar um policial indolente, lerdo, de pequena aptidão física, que não executa as ordens com presteza.

¹⁷ HPM: Hospital da Polícia Militar

está conversando com o senhor aqui. Dá um pulo no CFA porque senão vou morrer aqui. Passaram um monte de coisa, deram injeção na gente. Tem gente que ficou baixado lá de tão grave que foi. Na minha perna, queimadura de segundo grau quase de terceiro, sofri pra caramba, depois voltaram com agente para o CFA. Não agüentava nem andar, minha perna estava igual a de um elefante. Quando eu cheguei ao CFA de novo mais uma vez tinha que passar pelo corredor da sacanagem. Todo mundo que te via, isso é muchibagem. Tirei as ataduras para mostrar aquelas bolhas de todo tamanho. Isso aqui é muchibagem? O oficial que era da Diretoria de Ensino disse para a gente, vocês estão incomunicáveis, não pode ligar para lugar nenhum. [...] Eu pedi permissão ao capitão na época e disse negativo vocês vão responder pelo que vocês fizeram, já liguei para a minha família, inclusive meu pai está vindo aí com advogado. Não era para você ter feito isso aluno. Não era para você ter feito isso? Olha como eu estou aqui? Meia hora depois meu pai chegou. O comandante era amigo de papai o Cel. Cavalcanti. Ele me chamou na sala. Expliquei o que aconteceu. Eles colocaram um carro a minha disposição para levar em casa. Meu pai disse que ia sair dali e me levar para fazer exame de corpo de delito, ia para a imprensa, ia denunciar. [...] Quando meu pai tomou tal atitude o CFA mudou todinho. O sargento que até então estava sacaneando comigo me perguntou, fulano você se machucou mesmo está queimado e os oficiais sumiram todos eles. (PR02)

Desanimei, sinceramente, a partir daquele treinamento ali eu achei que estava em um campo de concentração naquele dia. Queria sair da polícia. Eu tinha largado o emprego. Trabalhava em um emprego bom em uma companhia boa da Serra. Era auxiliar de escritório. Eu tinha esse sonho de entrar na polícia, minha família toda é militar, tive esse trauma. Mas meu pai disse, agüenta, é isso mesmo, isso acontece. Não levei o caso adiante, saiu no jornal, mas não foi da minha parte foi da mãe de um policial, colocou uma matéria lá. O secretário de segurança esteve no CFA, mas já tinham tirado a gente de lá para o secretário não ver a gente, esconder a situação. (PR02)

Foi um susto muito grande porque a nossa turma foi à primeira turma a ir para um estado nordestino. Eu tive uma formação baseada na área de engenharia no meu segundo grau no curso técnico da Escola Técnica e eu entrei na Polícia Militar por acaso, vocação não havia na época de jeito nenhum. Aliás, anti-militarista, eu era contra o militarismo na época que a gente vivia dentro da Ditadura Militar. E quando eu fui para Pernambuco eu peguei o regime militar no auge da sua prepotência, da sua arrogância e num Estado radical nessa questão. O Nordeste de uma forma geral foi muito radical na questão do militarismo. E o sotaque nos tocou muito, eu tinha até dificuldade para receber as matérias, porque a forma que os instrutores falavam levava algum tempo para assimilar aquilo ali. Com o tempo a gente foi assimilando, mas de toda forma foi muito difícil para a gente porque o regime era muito duro. Nós tínhamos matérias que iam de encontro a toda educação que a gente teve, por exemplo, Guerra Revolucionária, onde eu tive um instrutor, o então Major Alexandre, era um homem de quase dois metros de altura, forte pra danar, ele chegou na sala de aula e disse: companheiros, dividir o que é meu p... nenhuma. Desse jeito ele tratava o comunismo. A matéria de Guerra Revolucionária falava sobre o comunismo. O militarismo entrou no Brasil para evitar que o comunismo entrasse. Era uma ignorância, apesar de ser bacharel em

direito, na época a gente já era formado em direito, mas era um camarada de uma ignorância monstruosa. Passou uma barata uma vez na sala de aula, sem exagero, ele subiu em cima da mesa e pulou em cima da barata, olhou para a cara da barata e disse: ah, ah, ah, se f... desse jeito. Você pode perguntar a Emerson, Miguel que eles vão confirmar. Pegou um aluno colando, ele escreveu a cola no braço da carteira. Ele arrancou o braço da carteira, pegou o aluno e levou para expulsar o aluno do curso de soldado. (OF02)

Peguei o regime naquele jeito de chutar o pé do outro: levanta esse pé, acertar esse passo. A gente entrava em forma, não podia mexer, era piscar e respirar só, não tinha esse negócio de relaxar, olhar para o lado, mexer a perna. Para eu desfilarmos no sete de setembro, a gente entrava oito horas da manhã na Avenida da Caixa Econômica Federal. Cinco horas na academia, cinco horas, cinco e meia, café da manhã, seis horas, seis e meia à gente tinha que estar com o uniforme pronto em forma para embarcar para oito horas estar na Avenida Caxangá, a Avenida principal lá de Recife. A gente só desfilava às onze e meia da manhã, ficava de oito às onze e meia na posição de descansar correta, sem mexer, sem olhar para o lado, com barretilha¹⁸, um calor infernal. Difícil aprendizado, só quem viveu aquilo ali sabe como é que é. (OF02)

Cheguei à escola, durante o curso que eu fiquei lá só fizeram covardia colocaram a gente dentro de uma poça de lama onde descia fezes de porco e colocavam um pau, a gente tinha que meter a cara embaixo do pau e colocar a cara na lama. Colocavam a gente dentro de uma manilha e enchiam de gás. Até chibatada eu já tomei lá. Com isso a gente já tem aquele negócio de que polícia é um cara bravo, piora ainda, você sai com recalque de lá querendo até descontar infelizmente na sociedade. (PR04)

As próprias instruções, as práticas por si só faziam com que os alunos saíssem dali revoltados, aí quando pegava um paisano na rua ele queria descarregar, aí aproveitava aquela situação de ditadura, que não era passada totalmente para a gente, essa situação, mas o pessoal quando formava e ia para a rua, não tinha esse negócio de aliviar não, batia com força mesmo, metia o bastão, era chute, etc e tal. Porque na verdade era como ele estivesse descarregando aquilo que ele sofria no CFA durante as instruções, ele descarregava no paisano. (OF03)

O Estado tinha aquela máxima que o policial era superior ao tempo. As vezes o policial ia inculcando isso e transmitia isso para fora, e às vezes ele não media as conseqüências, tanto é que hoje nós temos aí os policiais mais antigos vários policiais com problemas de saúde, exatamente por causa desta máxima, o policial era superior a tudo, ele abria mão da família, ele abria mão do lazer, para se dedicar a polícia, e a polícia não dava o retorno esperado e ele sempre superior a tudo. (OF03)

Minha formação há vinte e oito anos foi num contexto onde nós ainda tínhamos em questão a disciplina Relações de Defesa Interna e Territorial e nisso ainda se discutia dentro da academia de polícia a questão do comunismo, perigo do comunismo. (OF01)

¹⁸ Barretilha: espécie capacete utilizado em desfiles militares.

Minas Gerais deu mais uma formação militar voltada para que nós executássemos uma atividade de polícia ostensiva, de presença na rua, ainda não se discutindo um modelo de polícia comunitária interativa, de estar interagindo com a comunidade. Foi mais uma formação técnica, profissional, para que você desenvolvesse o seu trabalho, do que aonde pudesse ter algum conflito de interesses ou de geração ou de mudança, ou filosofia. (OF01)

Com certeza hoje melhorou muito, noventa e nove por cento, hoje o policial vai para a academia ter treinamento para entrar na corporação, se prepara psicologicamente, quando ele vem para a rua já preparado, ele policial, eu já vi várias abordagens por aí, você não vê mais policial batendo, eles estão mais preparados, psicologicamente, eles tem agora segundo grau para entrar na polícia, o cara está mais informado, já mudou, é mais educado, mais familiar. (LC04)

O intuito dessas entrevistas foi apresentar ao leitor como era e como foi mudança da sistemática de ensino para os policiais recém ingressos na carreira policial militar. As entrevistas servem para enriquecer a análise da tentativa de mudança de comportamento de uma instituição acostumada ao autoritarismo e a intolerância a práticas percebidas como destoantes de sua cultura policial. Para o autor, que é partícipe dessa Corporação e que vivenciou muitas das práticas acima destacadas talvez possa não ser uma surpresa, mas acredita-se que para um cidadão que não conheceu como a era formado um policial militar seja bem impactante, talvez menos para aqueles que tenham assistido o filme Tropa de Elite, que trouxe uma ampla discussão e polêmica junto a sociedade no ano de 2007.

E a polícia interativa foi uma forma institucional de mudar esse comportamento policial militar, apresentado na dissertação como tradicional. Sendo assim apresentamos esse assunto de forma pormenorizada no capítulo a seguir.

4 – A POLÍCIA INTERATIVA DO ES

A PMES não pôde ficar alheia a todo esse processo de mudança de atitude no que concerne às polícias militares do Brasil, desta maneira houve um razoável esforço de reformulação de suas práticas históricas de gestão e de seu relacionamento com a sociedade, visando contribuir para a construção de uma nova consciência cidadã, tendo como atores principais deste processo o policial e o cidadão comum. A racionalização do modelo tradicional de atuação policial baseado unicamente na autoridade e na disciplina começa a ceder espaço para novos modelos referenciais de uma ação policial mais humana, que venha ao encontro do desejo da população por segurança e respeito pelos direitos humanos. O policial percebe que seu papel não precisa ser de um opressor, mas sim humanístico, próximo ao cidadão, com a quebra de barreiras e diminuição do distanciamento entre a população e o policial militar.

Na década de 70, a formação do policial militar estava ligada intimamente à preservação do Regime Militar. Com o golpe militar, deflagrado em 1964, a aproximação entre as polícias militares e o exército tornou-se cada vez mais estreita. Neste contexto, as várias instâncias policiais como extensão das forças armadas pautavam-se pela preocupação com supostas ações subversivas internas. As Polícias Militares eram empregadas prioritariamente no controle de manifestações públicas e distúrbios civis, e na guarda de pontos sensíveis, tais como estações e torres de transmissão de energia elétrica, legações estrangeiras, instalações industriais essenciais, instalações telegráficas e postais, instalações de tratamento d'água, adutoras (SILVA, 2003). A segurança nacional interessava mais do que a segurança da população. O Estado se colocava acima dos interesses das classes sociais e as decisões dos escalões superiores, que não se podiam discutir eram, de forma hierarquizada, transmitidas às diversas estruturas de poder. (MOULIN, 2003).

(...) o novo contexto democrático estava exigindo uma nova polícia, um novo policial e uma nova concepção de ordem pública que fugisse dos parâmetros, até então adotados, da doutrina de segurança nacional. Havia uma unanimidade, nos setores mais progressistas da sociedade brasileira, quanto à necessidade de uma nova formulação filosófica, organizacional e operacional para a polícia brasileira. (CERQUEIRA, 1999, p. 90)

Em decorrência dessas mutações também sofridas pelo ambiente social, a modelagem verticalizada e pouco democrática que ainda persistia nas estruturas das Polícias Militares do Brasil tendeu a evoluir pela pressão social para um sistema mais aberto, participativo e inovador, adotando como vetor para a sua realização uma maior humanização das relações entre polícia e sociedade. “A gestação de tal sistema de segurança pública começou a ser moldada no Espírito Santo a partir da criação da Polícia Interativa, iniciada em Guaçuí no ano de 1994”. (ARAÚJO *et al.*, p. 36). Segundo o advogado e ex-prefeito Luiz Ferraz Moulin:

A criação da polícia interativa surgiu do nosso compromisso com o povo de dotar a cidade de uma polícia não violenta, respeitadora dos direitos humanos, submetida à vontade civil, organizada hierarquicamente, disciplinada e cidadã. Comunitária, na essência da palavra. (MOULIN, 2003, p. 35)

A polícia interativa surge da necessidade da PMES apresentar um modelo institucional para propiciar a mudança organizacional iniciando-se na cidade de Guaçuí e posteriormente disseminando-se por todo o estado. Com a percepção da PMES da boa repercussão desse novo modelo de polícia tanto no âmbito estadual quanto nacional, paralelamente aos cursos de multiplicadores de polícia interativa, que era aplicado para diversos policiais por todo o estado, inseriu-se nas matrizes curriculares dos cursos de formação a disciplina Polícia Interativa, que até a presente data faz parte da formação de todos os cursos da PMES, tanto os de formação quanto os de qualificação.

O êxito do modelo fez com que ele fosse projetado em todo país e no exterior, sendo ainda hoje considerado como referência em Policiamento Comunitário. Sua filosofia inspirou a produção de políticas de Segurança Pública em vários estados brasileiros.

A partir desse exemplo, a filosofia foi estendida para toda a Polícia Militar e comunidades do Estado, através de Cursos, Diretrizes, Monografias sobre o tema e outras experiências de sucesso.

O desenvolvimento do Programa da Polícia Interativa teve ainda êxito no município de Linhares, no Centro da cidade e no bairro de Santo Antônio em Vitória.

Em 1999, a Polícia Militar criou a Comissão de Sistematização do Modelo Interativo de Polícia, que desenvolveu um estudo sobre os Parâmetros do Modelo Interativo de Polícia, que foram definidas, após trabalhos de pesquisas sistemáticos na PM e nas comunidades, as principais características e exigências para que as experiências fossem consideradas como policiamento interativo. Entre 1999 e 2001, foram realizados dois Concursos de Certificação dos modelos de policiamento no Estado, quando foram verificadas todas as experiências existentes, e segundo dados extraídos da Diretoria de Instrução e Ensino da PMES, foram formados um total de 933 pessoas: 489 policiais militares, 425 policiais civis e 19 pessoas da comunidade.

A experiência de maior êxito no Espírito Santo, além de Guaçuí, foi realizada no “Morro do Quadro”, em Vitória, que ganhou reconhecimento nacional e internacional, após ter sido escolhida como a melhor experiência de policiamento comunitário do Brasil, durante o Concurso promovido pela Motorola do Brasil em 2001/2002.

A Polícia Interativa caracteriza-se como uma nova forma de pensar na proteção e no socorro públicos. Baseia-se na crença de que os problemas sociais e as causas da criminalidade serão resolvidos mais efetivamente na medida em que ocorra participação da sociedade na sua identificação, análise, proposta e implementação de ações conjuntas para a busca de soluções (ARAÚJO *at al*, 1998). Porém é de grande importância compreender o impacto das realidades organizacionais sobre a capacidade de mudança das formas de gestão, sobretudo quando tais realidades (burocracia, autoridade, disciplina, complexidade, estruturas hierárquicas e ideologia militar) interpõem-se no caminho destas mudanças e em muitas vezes impedem a realização das exigências democráticas no campo da segurança pública. Por isso ainda há dificuldade de termos hoje uma polícia inteiramente preocupada com as demandas dos cidadãos, no sentido de superar uma forte formação anterior voltada, sobretudo, para a defesa do Estado, entendido como instância preservadora de uma ordem social vigente que privilegiava os grupos detentores do poder econômico e político.

(...) o fato de sermos uma democracia recente e termos polícias que historicamente operaram (e ainda operam) em um quadro, de certa forma consentido por alguns setores da sociedade, de violações das garantias individuais, coloca necessariamente uma outra perspectiva e certamente

maiores dificuldades para a implementação do policiamento comunitário. (CERQUEIRA, 1999, p. 87)

O primeiro grande esforço de criação do modelo de Polícia Comunitária no Brasil, calcado em um programa estruturado, formulado segundo princípios de uma polícia voltada para as noções de serviço público e de proteção à comunidade, foi tentado no período de 1984 a 1987 pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, já mencionada em capítulo anterior. A fundamentação que orientou a decisão do comando geral à época está refletida no “objetivo-síntese” explicitado no plano diretor da corporação para aquele período:

Promover, adaptando a estrutura policial-militar às exigências da segurança pública, o ajustamento comportamental da organização, dentro de uma nova concepção de ordem pública, na qual a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais, o que implica um novo policial e uma nova polícia. (SILVA, 2003, p. 368).

São colocados em questão os termos colaboração e interação. Sobre o conceito de *interação* entre polícia e sociedade, Araújo *et Al.* nos diz que:

É o conjunto de procedimentos adotados simultaneamente pela polícia e pela sociedade civil organizada, através dos conselhos interativos de segurança pública, objetivando a consecução do processo de comunitarização. A ação de reciprocidade entre a polícia e a comunidade implica em compromissos quanto a implementação de um novo modelo de gestão dos assuntos pertinentes ao segmento da segurança pública que, implementado com efetiva parceria dos órgãos estatais e societais, almeja a resolução preventiva dos problemas que afetam a ordem pública. (ARAÚJO *et al.*, p. 87).

Torna-se importante sabermos de qual modo a polícia militar lida com esta inflexão de suas práticas historicamente tradicionais de interação com a sociedade, no sentido de contribuir na construção de um novo conceito de cidadania e de participação social. Importante ainda é entendermos como esta interação entre polícia e comunidade altera a formação das subjetividades dos policiais militares participantes do modelo de polícia interativa. Partindo do princípio de que mudanças organizacionais desta natureza geram impactos na maneira como os seres humanos se identificam enquanto atores deste novo contexto e fazem com que eles reconfigurem suas próprias percepções de *eu*, suas interações com o mundo e

com as demais pessoas, sendo tais afirmações corroboradas em Castoriadis (2000, p. 199-200).

Na passagem do natural ao social, há emergência de um outro nível e de um outro modo de ser e nada é, como social-histórico, se não é significação, tomada por e referida a um mundo de significações instituído. A organização deste mundo apóia-se em determinados aspectos do primeiro estrato natural, nele encontrando pontos de apoio, incitações, induções. Mas não somente ela nunca é pura e simples repetição ou reprodução; ela não pode sequer ser descrita como uma “triagem” parcial e seletiva. O que é “selecionado” só o é em função e a partir da organização do mundo estabelecido pela sociedade; só o é sendo formado e transformado na e pela instituição social; e, finalmente e sobretudo, esta formação-transformação é efetiva, figurada-presentificada nas e pelas modificações do “mundo sensível”: de tal maneira que, aquilo mesmo sobre o que existe apoio é alterado pela sociedade pelo próprio fato do apoio existir – o que, estritamente, não tem nenhum equivalente no mundo psíquico.

A concepção de Polícia Interativa, segundo seu idealizador Ten Cel Julio Cezar Costa¹⁹, é de que ela é um estágio que antecede a Polícia Comunitária, esse conceito, que foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, tem um contexto sócio-político-econômico bastante distinto do Brasil. Em nosso País para se trabalhar o conceito de Polícia Comunitária a sociedade deveria mudar seu conceito de Polícia e a Polícia deveria mudar sua atitude em relação à sociedade, os dois segmentos deveriam convergir para o mesmo ideal. A Polícia deve entender que ela deve respeitar a dignidade física e moral do cidadão, e esse deve acreditar que a Polícia existe para coibir práticas delituosas, mas sobretudo para garantir a dignidade de todo o cidadão, mesmo esse encontrando-se em prática delituosa.

Começamos a partilhar, a polícia não é bicho papão não, nós não somos elementos não, nós somos cidadãos, a gente pode ser amigo da policia, eu agora sou amigo do meu comandante, do meu soldado, do meu sargento, eu tenho o telefone da casa dele e ele da minha, nós começamos a interagir, melhorou muito. (LC05)

A policia em algumas regiões ela participa como sujeito bem ativo, ela vai lá inclusive para conscientizar e mobilizar a sociedade disso. A questão da cidadanização, a policia mostrar para a comunidade bem carente que ela precisa de certas posturas, certas atitudes para que ela seja respeitada

¹⁹ Julio Cezar Costa: Oficial da PMES, idealizador e disseminador do modelo de Polícia interativa, criado em 1994 na cidade de Guaçuí, desde então ministra cursos de Polícia interativa para toda a PMES e diversos estados do Brasil, sendo atualmente referência em Polícia comunitária-interativa no Brasil e coordenador do curso de pós-graduação em segurança pública no Centro Universitário de Vila Velha.

enquanto cidadã. E aí envolve questões, inclusive, principalmente de infraestrutura no bairro. (OF05)

Um exemplo de vitória e ao mesmo tempo de derrota da polícia interativa é o Morro do Quadro, um dos 16 morros que compõem a Grande Santo Antônio, em Vitória, porque de um estado de flagrante ausência do poder público, de estado de abandono, onde a criminalidade ordenava quem e o que poderia subir ou descer do morro, que acabou culminando com o assassinato de um policial militar, em 1997, com isso o poder público resolveu tomar uma atitude impactante para pôr termo a esse estado conflagrado de violência que imperava no Morro do Quadro, tendo como um de seus baluartes a polícia interativa, essa filosofia tinha no diálogo sua arma precípua, com policiais e cidadãos deixando-se conhecer e confiando mutuamente um no outro, esse contato era diuturno, pois a instalação de um destacamento da polícia no Morro, além dos policiais que trabalham no Morro terem seus telefones conhecidos pelos cidadãos de bem. Com esse domínio da polícia, os demais entes públicos começaram a transitar livremente pelo Morro, com a realização de serviços básicos, como luz, água, telefone, que antes eram impelidos pelos marginais da localidade.

A associação não existia, a Escelsa não subia, caminhão do gás não subia, a gente não tinha cidadania nenhuma porque as empresas estatais não subiam com medo do tráfico, a gente não tinha estrutura, nada no bairro, nada funcionava, as instituições públicas não subiam porque não tinha segurança, nós não tínhamos segurança porque não tinha polícia junto com a gente. (LC05)

Entretanto, todo esse brilhante e árduo trabalho foi desfeito em 2007, com a desativação do destacamento e a retirada dos policiais que trabalhavam no Morro, o que contribuiu para a desarticulação da PM com a sociedade e o retorno do domínio da marginalidade, pois aquele local como vários outros da capital do ES continuam sendo habitados por uma minoria de marginais ávidos por levar o medo e o pânico às pessoas honestas e pacíficas que por razão do destino são obrigadas a conviver nesta situação.

Há alguns anos o elo com a comunidade foi desfeito e um dos princípios básicos para o funcionamento da polícia interativa praticamente foi extinto, devido a pouca permanência no mesmo local de trabalho dos policiais. Sem essa permanência é

impossível a comunidade confiar no policial, pois os cidadãos não conseguem conhecê-los, e está comprovado que o cidadão só denuncia a um policial em quem confia.

Só que você não tem aquele contato, comunicação e confiança que você tinha antigamente. Nós agora tivemos aqui, durante um ano eu acho, o Belmonte, ele fez um trabalho maravilhoso, tipo o Lélío, subia no morro, conversava, mesma coisa, mesma coisa, ia na casa dos moradores e conversava, super educado ele e a equipe dele, de repente sumiu, tiraram ele daqui, foi para outra área, [...] quando um tirou o que era bom, a gente perde contato e quando a gente perde contato por muito tempo a comunidade fica acuada e quando vem outra equipe não é a mesma coisa. (LC04)

O policial interativo sabe tudinho, com certeza, ele sabe, só que tirar o cara da área ele vai perder a referência. (LC04)

Beato; Marinho (2005) fizeram uma pesquisa no ES alcançando dados que enriquecem a discussão da filosofia de polícia comunitária-interativa no Estado.

Nas entrevistas vários oficiais relatam a dificuldade de quantificar os resultados alcançados com a filosofia de policiamento comunitário-interativo, pois segundo eles a cultura organizacional é de mensurar a eficiência da corporação através da quantidade de prisões, apreensões, relatando a dificuldade em avaliar as situações infracionais que deixaram de ocorrer.

A pesquisa mostra o grau elevado de autoritarismo hierárquico, aonde até mesmo a filosofia da polícia comunitária-interativa é imposta aos policiais, contrariando a própria essência dessa filosofia de participação e descentralização das decisões.

Pelos recortes das entrevistas apresentadas percebe-se em muitos relatos uma mudança de comportamento dos policiais quanto à nova filosofia de polícia. A pesquisa mostra o alto grau de compreensão dos policiais sobre o modelo de polícia comunitária-interativa, mas é também notória a insatisfação dos militares quanto à defasagem do efetivo, o que leva os policiais a serem remanejados o tempo todo de local ou de modalidade de policiamento, além disso os baixos salários e as condições ruins de trabalho são responsáveis pela baixa motivação dos policiais.

Os policiais também se mostram descontentes com a falta de reconhecimento por parte do comando da PMES, o que os leva a dedicarem-se minimamente as atividades de policiamento, restringindo-se ao cumprimento de ordens pontuais emanadas de seus comandantes. Também revelam insatisfação com a falta de reconhecimento da sociedade, pois acreditam que doam muito de sua capacidade física e mental e não tem o mínimo de reconhecimento, mérito algum.

A pesquisa também destacou que o nível de satisfação e reconhecimento dos policiais aumentou com a aplicação mais atuante dos princípios da polícia comunitária-interativa, tal sensação era percebida principalmente nos bairros mais pobres aonde a interação dos policiais com a comunidade era maior, pois segundo eles nos bairros ricos, as pessoas se isolam atrás de muros altos e os condomínios.

Um dos entrevistados relata o descaso da PMES com o destacamento do Morro do Quadro, narrando que os policiais estavam trabalhando sozinhos, mas que anteriormente havia policiais em número suficiente para dar sensação de segurança aos cidadãos e ainda atender a uma chamada da comunidade, entretanto atualmente tal destacamento não existe mais, nem a referência de um policiamento o cidadão tem mais.

Constatou-se que os policiais percebem as lideranças comunitárias como um importante vínculo entre os policiais e a comunidade, pois essas lideranças são vistas como porta-vozes daquela localidade.

As considerações finais aparentemente são um tanto quanto desanimadoras, por que tanto praças quanto oficiais não obtiveram muito sucesso na tentativa de implementação da polícia comunitária-interativa, considerando-se os inúmeros problemas estruturais e salariais muitas vezes faziam com que os policiais recorressem a favores da comunidade, para aquisição de materiais ou serviços necessários à realização do policiamento em condições mínimas, assim tal filosofia fica em parte, atrelada ao governo vigente.

A proximidade da sociedade com a PMES serviu também para tornar público o descaso do governo estadual com a segurança pública. O que deveria ser uma

prioridade para qualquer governo na realidade era um assunto falaciosamente divulgado como prioritário pela mídia, mas a face real da segurança pública foi desnudada. A comunidade após muito desgaste com os governantes resolveu açambarcar os problemas pertinentes à segurança pública de sua localidade, através das mais diversas espécies de doações, o que acabou distorcendo a filosofia de policiamento comunitário, e pejorativamente a polícia interativa foi taxada como polícia doativa, gerando assim inúmeras situações conflituosas, que foram descritas pelos entrevistados.

E agora estamos tentando reativar isso, reativamos tomamos posse há quinze dias atrás, já tem uma reunião com o secretário amanhã e nós vamos colocar nosso posicionamento para ele, porque não adianta reativar conselho para ele dizer depois na televisão, igual está fazendo política, está gastando milhões com a Gazeta e com a Tribuna, dinheiro que era para gastar com segurança, educação e saúde, para dizer que o governo está fazendo. (LC05)

E nós estamos aí nessa luta, deram idéia de adquirir moto porque nós consertamos várias viaturas da Polícia Militar e também não tínhamos moto, nem bicicleta, a gente consertava viatura e ela ia embora pro batalhão, ia para outro setor, aqui ficava sempre sem nada. (LC01)

O senhor faz aquele carnezinho e dá para o pessoal dar o que quiser para angariar recursos para a Polícia Interativa. Tenho meus amigos particulares que doam 10, 20 reais para que eu possa manter a polícia, com açúcar, com café. (LC01)

Fomos tachados de policia doativa, enquanto o Estado não dava nada e as comunidades ofereciam alguma coisa, nós passamos por policia doativa. (LC03)

Nunca fiz curso de polícia interativa, porque eu acho que polícia e comunidade do jeito que eles montaram eu não concordava. A polícia só ficava pedindo aos outros. (PR04)

Infelizmente foi um período em que a polícia passou a precisar muito da sociedade, depender muito da sociedade, então com este negócio de interatividade, alguns líderes comunitários passaram a atuar como se eles fossem o comandante do policial, então eles faziam a fiscalização e eles exigiam, eles davam as coisas e começavam a cobrar porque deu, cedia carro, cedia equipamento, alimentação, etc. aí então eles começaram se eu dou eu posso cobrar, então passou a tratar passou a caxiar²⁰ o policial vamos colocar assim, como se fosse o comandante, e infelizmente houve esta abertura também, o próprio comando da polícia permitiu, então por

²⁰ Caxiar: expressão oriunda do nome Duque de Caxias, referindo-se a cobranças muito pesadas por parte de pessoas muito exigentes.

várias vezes o policial era destrutado na rua, exatamente por causa disto, porque o paisano vinha cobrava do policial. (OF03)

A segurança pública é do estado, você quer assumir o lugar do estado? (PR04)

Porque muitas vezes a gente tem visto o cidadão chegar para a polícia comunitária dizendo que ele quer o policiamento dessa ou daquela forma. Eu acho que isto é uma questão técnica e cabe a Polícia Militar administrar. Agente vê políticos, são vereadores, deputados que moram naquele bairro, líderes comunitários e exigem o policiamento dessa ou daquela maneira e eu nunca gostei de ver isso acontecer. A gente vê que isso acontece com frequência, mas a gente não pode aceitar isso, porque perde a autoridade, perde a técnica, mas não havendo isso o policiamento comunitário é perfeito. (OF02)

Nós gastamos quase 400 e poucos mil reais em 5 anos, dinheiro da comunidade, doamos: viaturas, motos, cavalos, arreamento completo, etc. tudo isso. (LC03)

E o que estava acontecendo é que a comunidade doava alguma coisa para a Polícia Militar e então se achava no direito de cobrar mais, de criticar, de exigir um comportamento e postura do policial, de querer o policiamento na porta de seu estabelecimento, e aí gerou uma antipatia de muitos policiais, que não admitiam essa cobrança do “paisano”²¹.

Os comandantes de companhia ficavam num impasse de um lado a comunidade querendo mandar nos assuntos técnicos de polícia e de outro os policiais descontentes por serem questionados diretamente pelos cidadãos da comunidade, e havia ainda a situação do descaso do governo, que não propiciava a adequada infraestrutura de trabalho para a Polícia Militar. Até hoje a quase totalidade das instalações físicas das companhias e destacamentos policiais militares de Vitória é de propriedade do governo municipal.

Imaginemos agora uma ruptura entre esses dois poderes, e o poder municipal com a intenção de colocar as instalações ocupadas pela PMES como módulos de interação da guarda municipal com a comunidade de Vitória, a Polícia Militar simplesmente

²¹ Paisano: cidadão civil, que na concepção do policial militar não entendia nada de Polícia e por conseguinte não deveria ter qualquer participação em assuntos que envolvessem a atuação das policiais militares.

seria despejada, e teria que novamente pedir a clemência da comunidade para ampará-la, como se ela já não fosse inundada de impostos e taxas governamentais.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 CONCLUSÃO

Durante todo o transcurso do trabalho buscou-se responder como e quais foram as mudanças na gestão da PMES. A resposta apresentada tanto pelas lideranças comunitárias e pelos policiais militares é que: realmente aconteceu e que ela influenciou a forma do emprego policial militar, muitos entrevistados disseram que a polícia mudou sua forma de atuar, integrando-se a sociedade, e mesmo para aqueles que ainda relutam em aceitar a democracia e participação social em assuntos de polícia fica a afirmação contundente de um dos entrevistados de que a pessoa que não aceita mudança é um “idiota”, ressaltando que mudanças sempre existirão e neste caso, a mudança de polícia tradicional para comunitária-interativa foi para melhor.

A organização começou a sofrer pressões tanto internas como externas pela mudança de sua cultura organizacional, que era percebida como uma polícia distante da sociedade, agressiva, truculenta, com pouca qualificação profissional, que valoriza a força física em detrimento da capacidade criativa e intelectual de seus componentes, as ordens emanadas de um superior jamais poderiam ser questionadas e havia um abismo entre superior e subordinados, bem como entre o cidadão comum e o policial militar. Então a polícia militar levando em consideração todas as pressões internas e externas buscou mudanças na gestão organizacional.

Com a queda do regime militar e com a ênfase apresentada aos direitos humanos, foi que ao final da década de 1990 foi criado um setor que pudesse apurar os “desvios de conduta” policiais militares, a Corregedoria da PMES, dando origem à outra série de canais em que o cidadão pudesse se queixar de supostos abusos sofridos por policiais, como o disque denúncia e a ouvidoria de polícia.

No quadro 2 apresentou-se um comparativo entre policiamento tradicional e policiamento comunitário, formulado por Bondaruk (2006, p.54), onde são elencadas algumas diferenças importantes sobre as duas concepções de policiamento. Além disso no capítulo que trata das duas posturas de policiamento foi apresentado as

diferenças entre eles, onde no modelo comunitário ganha força a proximidade com o cidadão com a ênfase no policiamento a pé, com isso destaca-se também um trabalho proativo da polícia em contrapartida da polícia simplesmente reativa, que somente vai ao local do crime depois do mesmo ter ocorrido.

As lideranças comunitárias expuseram seu anseio por uma Polícia mais cidadã, menos agressiva, próxima do cidadão, menos repressiva sem no entanto perder suas características repressoras em determinados momentos, uma Polícia que busque a qualificação contínua.

No que concerne ao policiamento tradicional o grau de participação é eminentemente informativo, tendo em vista que a instituição policial militar não tinha qualquer interesse em ouvir o cidadão, pelo contrário, como foi destacado no item 3.2 a Polícia Militar tinha a postura de combater e reprimir, muitas vezes com a utilização de técnicas cruéis e degradantes contra o suposto inimigo do regime militar. Essa conduta mesmo após a queda do regime ainda se manteve enraizada na cultura policial militar e a tentativa de modificar a forma de atuação da PMES teve grande resistência entre seu público interno, que percebia essa tentativa como uma maneira de reduzir sua autoridade e poder de polícia, e até mesmo alguns oficiais pensavam que deveriam se curvar ante desejos do “paisano” e essa resistência ainda perdura no imaginário de alguns desses policiais nos dias atuais.

Já o policiamento comunitário-interativo objetiva galgar alguns degraus nos graus de participação, podendo alcançar o patamar em nível de consulta obrigatória ou por elaboração e recomendação da sociedade, com as reuniões dos conselhos interativos de segurança, que almejavam a participação de todos os segmentos organizados da sociedade, com discussões amplas dos problemas de segurança pública.

Ao final das citadas reuniões havia o compromisso do representante da PMES, normalmente um comandante de uma circunscrição, no sentido de verificar o problema e trazer uma solução para a próxima reunião interativa, muitas vezes tal solução não dependia exclusivamente da PMES, mas de outros parceiros, como a entidades passavam a possuir um grande elo de ligação buscando a melhoria da

segurança pública para a localidade aonde os mesmos tinham autoridade para intervir, destarte tal procedimento ia ao encontro da carta magna brasileira ratificando que segurança pública é dever do estado e direito e responsabilidade de todos.

Sobre os níveis de co-gestão, delegação e auto-gestão, verificou-se não serem possíveis de serem alcançados, haja vista ser a PMES uma organização muito hierarquizada, tendo os escalões superiores a obrigação de decidirem, e como a disciplina é outra sustentação das instituições militares, os subordinados não podem ser contudentes em suas opiniões e em todas as circunstâncias devem obedecer as decisões emanadas por seus superiores, mesmo que essas sejam antagônicas as suas, a não ser que tais decisões sejam ilegais ou arbitrárias. Em resumo a filosofia de polícia comunitária-interativa não tem a pretensão de modificar as colunas basilares da instituição policial militar, a hierarquia e a disciplina, mas sim proporcionar o máximo possível de democracia e participação social, sem, contudo ir de encontro aos preceitos militares.

A Polícia interativa foi uma tentativa da PMES de por si só e sem qualquer sobressalto buscar uma alternativa do modelo tradicional para um modelo cidadão, passando de um grau de participação meramente informativo da sociedade, para uma participação ativa dos cidadãos com consultas e elaboração de recomendações, entretanto pelos diversos motivos que foram apresentados nessa dissertação o modelo interativo foi sufocado, os conselhos interativos de segurança foram extintos e a participação comunitária voltou ao menor grau de participação proposto por Bordenave (1998), ou seja, a simples informação.

O Policiamento Comunitário é uma filosofia que deve ser defendida de forma institucional. A Polícia Militar teria que definir como filosofia o Policiamento Comunitário de forma ampla, geral e irrestrita, com uma discussão onde o BME, por exemplo, também faz policiamento comunitário. A filosofia institucional deveria ser definida primeiro em seu nível estratégico, pois como uma organização alicerçada na hierarquia e disciplina, se o níveis hierárquicos mais elevados não entenderem como importante tal concepção é praticamente impossível querer mudar uma

filosofia enraizada na corporação há tanto tempo, isso explicaria o porque do retorno ao policiamento tradicional na PMES.

A mudança do ensino policial apresentado no tópico 3.5, teve grande influência sobre a gestão na PMES, na medida em que incutiu na mente tanto dos policiais recém formados quanto dos policiais com muito tempo de carreira policial militar, que a Polícia queria uma nova postura de comportamento policial, uma polícia cidadã para uma sociedade democrática-cidadã. Independente dos Conselhos interativos de segurança estarem atuantes ou não, existe a parceria, o policial para e conversa, e o cidadão está interagindo com o policial, então teve toda uma mudança por parte dos gestores da atividade fim ensinarem e tratarem tanto com seu público interno quanto do externo.

Um desses fatores foi à flexibilidade da escala de trabalho para os policiais estudantes. Antigamente o policial só tinha que cumprir o serviço dele e não tinha o direito de estudar, devendo se adaptar a escala de serviço. A polícia se tornou humanitária, dando oportunidade aos militares para freqüentar escolas de ensino superior.

Outro destaque foi à possibilidade de professores civis ministrarem aulas para policiais militares. Até início da década de 1990 somente haviam militares ministrando instruções para os cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar, com a inserção de civis no corpo docente da PMES, começou uma aproximação de ambas as partes, propiciando uma interatividade.

Corroborando com o pensamento de Goyard-Fabre (2003), poderíamos nos perguntar, se num momento histórico em que os povos experimentam todos os dias as desilusões de um tipo de sociedade política na qual depositavam tantas esperanças, e em que florescem acentuadamente os dilemas cada vez mais árduos com que estão contrapostos os governantes, algum dia será possível dar à polícia comunitária-interativa fundações suficientemente sólidas para que seja duradoura?

Infelizmente hoje a resposta seria negativa, pois apesar de muitos entrevistados afirmarem que a polícia está muito cidadã hoje em dia, por outro lado todo o processo comunitário-interativo retrocedeu. Se a polícia comunitária-interativa fosse

colocada num gráfico ela subiu, foi um acentuado aclave, mas no início no século XXI começou a sua decadência e de maneira simétrica foi um grande declive, tanto que alguns entrevistados não conseguem perceber seu emprego atualmente.

Entretanto o retorno da polícia comunitária-interativa é plenamente possível e todos os entrevistados anseiam por isso, mas para isso os benefícios para a sociedade devem se sobressair a interesses pessoais e políticos, que insistem em perdurarem em nossa sociedade democrática, onde nossos governantes foram escolhidos democraticamente para defenderem os interesses da população.

6.2 SUGESTÕES

Além das considerações já elencadas, gostaríamos de enfatizar a existência de inúmeras possibilidades de desenvolvimento de pesquisas sobre temas abordados nessa dissertação, como a PM no Brasil, ensino da PMES, direitos humanos e as Polícias Militares, influência estadunidense na PM do Brasil e outros que foram empregados para que o leitor compreendesse as inúmeras variáveis que podem interferir no tema proposto de polícia comunitária-interativa, e deixamos como sugestão o aprofundamento desses assuntos, inclusive uma pesquisa de cunho quantitativo pode ser realizada para investigar o pensamento da comunidade de Vitória sobre a PMES nos mais variados campos e não somente na concepção de polícia comunitária-interativa.

Algumas pesquisas realizadas mostram o grau de aceitação de algumas instituições e a PMES, regra geral encontra-se inserida nesse estudo, devido a sua importância social, entretanto não se tem conhecimento dos anseios pormenorizados do cidadão, como ele vê o serviço prestado pela PMES, o que pode ser melhorado, se já sofreu uma intervenção da PM, qual o motivo da abordagem, o que achou do atendimento da PM, enfim a PMES não sabe o que o cidadão pensa realmente sobre seu serviço como um todo.

Uma verdadeira democracia constrói-se com o respeito, liberdade, garantindo-se a livre expressão dos anseios do cidadão. Isso está acontecendo com a PMES? Se não está, outro importante estudo é buscar as causas desse afastamento, se é uma

questão política ou cultural, ou quais outros fatores impedem a busca de tais informações.

Nos países ditos “desenvolvidos” existem pesquisas das mais variadas sobre as polícias, sendo muitos desses estudos publicados na coleção Polícia e Sociedade da editora Edusp, entretanto em nosso País são poucos os estudos e os estudiosos no campo de segurança pública, tendo assim um vasto campo a ser explorado.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Adauton da Silva, FERNANDES, João Antônio da Costa, COSTA, Júlio César. **Polícia Interativa: A Democratização e Universalização da Segurança Pública.** Monografia apresentada ao CCJE/UFES, Vitória, 1998.

BAPTISTA, Josette. **Violência direitos humanos e segurança pública: estratégias e desafios.** Núcleo de estudos sobre violência, segurança pública e direitos humanos. UFES/PROEX.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: edições 70, 1977.

BEATO, Cláudio Chaves, MARINHO, Karina Rabelo Leite. **Estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória.** SENASP 2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONDARUK, Roberson Luiz, SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão.** Curitiba: Comunicare, 2004.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação.** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907/1930 – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.**

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia.** Coleção Polícia Amanhã. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.

_____. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário.** Coleção Polícia Amanhã. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1999.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; DORNELLES, João Ricardo W. **A Polícia e os direitos humanos.** Coleção Polícia Amanhã. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Modelos de policiamento para a gestão da segurança pública. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD.

Anais... Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 2002, p. 1-11.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Polícia para quem precisa? Análise do ambiente institucional na gestão da segurança pública numa perspectiva comparada entre Brasil e Estados Unidos. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. **Anais...** Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 2005, p. 1-17.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto. Colômbia dá exemplo para Brasil reduzir a violência. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 15.out.2006. p. C5.

ES. Lei 3.196, de 14 de janeiro de 1978. **Regula a situação, as obrigações e os deveres, direitos e prerrogativas dos polícias-militares**. Leis da Polícia Militar. Vitória, agosto de 1996.

FORTES, Leandro. Armas e flores. **Carta Capital**. São Paulo. 17.ago.2007.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

LOIOLA, Gelson. **A evolução histórica da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (1800 – 2005)**. (no prelo). Vitória: 2007.

_____. PMES: mais de 172 anos de história. **Revista Preleção** – publicação institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – assuntos de segurança pública, Vitória, p. 19-42, ano 1, nº 1, abr. 2007.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Eliza. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARINHO, Karina Rabelo Leite. **Mudanças organizacionais na implementação do policiamento comunitário**. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) FAFICH, UFMG.

MICHAELIS: **moderno dicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa: sociologia da Força Pública.** São Paulo: Edusp, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que a faz a polícia: sociologia da força pública.** São Paulo: Edusp, 2003.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando Carlos Prestes. **Participação e Co-Gestão: Novas formas de administração.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Teoria geral da administração: Uma introdução.** 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

MOULIN, Luiz Ferraz. **Polícia interativa.** Vitória: [s.n.], 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIOVESAN, Flavia. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Max Limonad, 2003.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSA, Vitor Nunes; OLIVEIRA, Dalva Câmara de; ALVES, Edson Pantaleão. Pesquisa: **A formação do soldado da Polícia Militar do Espírito Santo e seus reflexos na prática profissional.** Vitória: FAESA, 2006.

ROSENBAUM, D. P. A mudança no papel da Polícia: Avaliando a transição para policiamento comunitário. In BRODEUR, Jean-Paul (Org.). **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas.** São Paulo: Edusp, 2002.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Jorge da. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Benedito Celso de. **A Polícia Militar na Constituição**. Edição Universitária de Direito: São Paulo, 1986.

TEIXEIRA, Mônica. O custo do medo. **Jornal Hoje**. Rio de Janeiro. 8 ago.2007. Disponível em: <<http://jornalhoje.globo.com/JHoje/0,19125,VJS0-3076-20070808-295163,00.html>>. Acesso em 10 ago.2007.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A Invenção do coronel**. Vitória: Gráfica Ita, 1995.

WILSON, James Q., KELLING, George L. Broken Windows: the police and neighborhood safety. In. Community policing – classical readings – Willard M. Oliver, prentice hall, 2000.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S. A.** Coleção Polêmica. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ZOUAIN, Deborah Moraes; RICCIO, Vicente; ZAMITH, José Luis Cardoso. Policiamento Comunitário: fator estratégico para implantação de política pública de segurança. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. **Anais...** Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 2005, p. 1-10.

APÊNDICE A

ENTREVISTA COM OS POLICIAIS MILITARES DO ES

- 1) Quanto tempo trabalha ou trabalhou na PMES?
- 2) Qual o tipo de ensinamento você teve quando ingressou na PMES?
- 3) Como você foi instruído para atuar junto ao cidadão capixaba?
- 4) O quê você acha da filosofia de comunitarização da PMES?
- 5) Você percebe que a comunidade exige uma polícia mais cidadã, respeitadora dos direitos humanos?
- 6) Você acha que a PMES mudou seu comportamento para atuar junto ao cidadão?
- 7) se sim, quais foram as mudanças?

APÊNDICE B

ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

- 1) Quanto tempo você atua como liderança comunitária?
- 2) Como você percebia a atuação da polícia militar quando iniciou sua atuação na comunidade?
- 3) Como percebe atualmente?
- 4) Você já ouviu falar sobre comunitarização da PMES?
- 5) Se sim, o que acha dessa filosofia?
- 6) Você acha que a PMES mudou seu comportamento para atuar junto ao cidadão?
- 7) se sim, quais foram as mudanças?
- 8) Você percebe que a comunidade exige uma polícia mais cidadã, respeitadora dos direitos humanos?

APÊNDICE C

MATRIZES CURRICULARES DO CFSD (1970 a 2006)

ANO: 1970

CARGA HORÁRIA TOTAL: 984 H

GRUPOS	RAMOS E DISCIPLINAS	Nº. DO PROGRAMA	C. H.
INSTRUÇÃO MILITAR	INSTRUÇÃO DE ASSUNTOS GERAIS		
	INSTRUÇÃO GERAL	1	40
	AÇÃO EDUCATIVA CONTRA A GUERRA REVOLUCIONÁRIA	2	18
	RELAÇÕES PÚBLICAS	3	20
	INSTRUÇÃO TÉCNICA		
	ORDEM UNIDA	4	72
	ARMAMENTO E TIRO	5	36
	INSTRUÇÃO TÁTICA		
	INFORMAÇÕES	6	18
LOGÍSTICA	7	18	
EMPREGO TÁTICO E MANEABILIDADE	8	36	
GUERRA REVOLUCIONÁRIA, DISTÚRBIOS CIVIS E GUERRILHA URBANA	9	30	
INSTRUÇÃO POLICIAL-MILITAR	INSTRUÇÃO POLICIAL E PATRULHAMENTO	10	60
	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	11	72
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	12	24
	NOÇÕES DE DIREITO	13	34
	INV. E POLÍCIA DE TRÂNSITO	14	48
	HIGIENE E SOCORROS MÉDICOS DE URGÊNCIA	15	18
	INSTALAÇÕES PREVENTIVAS E COMBATE A INCÊNDIOS	16	18
INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL	COROGRAFIA	17	18

QCG, Maruípe, 10 de setembro de 1970

Aditamento nº. 13/SE, ao Boletim Diário nº. 147

ANO: 1980

CARGA HORÁRIA TOTAL: 640 H

ENSINO		Nº. DE ORDEM	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
PROFISSIONAL	BÁSICO	1	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	10
		2	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	30
		3	ARITMÉTICA	20
		4	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA	10
		5	RELAÇÕES PÚBLICAS E HUMANAS	10
		6	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	80
		7	INSTRUÇÃO GERAL	50
		8	ORDEM UNIDA	50
		9	ARMAMENTO E TIRO	50
		10	INFORMAÇÕES	10
		11	NOÇÕES DE COMUNICAÇÕES	10
PECULIAR		12	TÉCNICA POLICIAL MILITAR	170
		13	OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA E DEFESA TERRITORIAL	80

DIRETRIZ DE ENSINO 01/80 – CFAP – STE

ANO: 1990

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1440 H

Nº.	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
01	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	30
02	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA	40
03	HISTÓRIA DA PMES	10
04	LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR	60
05	RELAÇÕES PÚBLICAS E HUMANAS	30
06	COMUNICAÇÕES	20
07	ORDEM UNIDA	120
08	EDUCAÇÃO FÍSICA	120
09	ARMAMENTO E EQUIPAMENTO POLICIAL	40
10	INFORMAÇÕES	30
11	TÉCNICA POLICIAL MILITAR (NOÇÕES DE DIREITO PENAL)	50
12	TÉCNICA POLICIAL MILITAR II (POLICIAMENTO RODOVIÁRIO E DE TRÂNSITO)	80
13	TÉCNICA POLICIAL III (TÉCNICAS USUAIS DE POLICIAMENTO, GUARDAS E ESCOLTAS)	50
14	OPERAÇÃO TÁTICA POLICIAL MILITAR I E II	80
15	NOÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO	30
16	DEFESA PESSOAL	100
17	TIRO POLICIAL	110
18	POLICIAMENTO OSTENSIVO I E II	120
19	NOÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	20
20	TÉCNICA DE REDAÇÃO OFICIAL	30
21	ESTÁGIO PRÁTICO	220
22	À DISPOSIÇÃO DO C.A.	50

ANO: 2000

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1290 H

MÓDULOS	Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	01	Direitos Humanos e Cidadania	40
	02	Direito Ambiental	20
	03	Psicologia	40
	04	Sociologia	30
	05	Criminologia	30
	06	Língua Portuguesa	80
	07	Evolução Histórica da Polícia	20
	08	Geografia Social e Turismo no Espírito Santo	20
	09	Educação Física	80
	10	Noções Básicas de Direito	30
	11	Direito Penal	60
	12	Direito da Infância e da Juventude	20
	13	Direito Processual Penal	30
INSTRUMENTAL	14	Relações Públicas	20
	15	Técnica de Redação de Documentos	20
	16	Criminalística	20
	17	Armamento e Equipamento PM	30
	18	Comunicações	20
	19	Legislação Policial Militar	80
	20	Ordem Unida	60

OPERACIONAL	21	Higiene e Socorros de Urgência	60
	22	Defesa Pessoal	60
	23	Inteligência Policial	30
	24	Policiamento Ostensivo Geral	80
	25	Operações de Policiamento Ostensivo	40
	26	Policiamento Ostensivo de Trânsito	40
	27	Ações de Defesa Civil e Bombeiro	20
	28	Tiro Policial	50
	29	Polícia Interativa	30
COMPLEMENTAR	30	Orientação Psico-pedagógica	20
	31	Estágio Operacional	80
	32	À Disposição da OPM/DE	30

ANO: 2006

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1280 H

Nº.	DISCIPLINAS	C/H
Área de conhecimento I		
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública		
01	Sistema de Segurança Pública	20
02	Legislação Policial Militar I	30
03	Legislação Policial Militar II	30
Área de conhecimento II		
Violências, Crime e Controle Social		
04	Criminologia	20
05	Psicologia Geral	40
06	Sociologia da Violência	40
Área de conhecimento III		
Cultura e Conhecimento Jurídico		
07	Introdução ao Estudo do Direito	20
08	Direito Constitucional	30
09	Direito da Infância e Juventude	20
10	Direito Penal	60
11	Direito Processual Penal	30
12	Direitos Humanos e Cidadania	40
13	Direito Administrativo	30
Área de conhecimento IV		
Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos		
14	Gerenciamento de Crises	20
Área de conhecimento V		
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador		
15	Orientação Psicopedagógica	30
16	Educação Física	50
17	Socorros de Urgência	40
18	Palestras e Seminários	20
Área de conhecimento VI		
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública		
19	Técnica de Redação de Documentos	20
20	Telecomunicações na PMES	20
21	Inteligência Policial	30
22	Comunicação e Imagem Institucional	30
Área de conhecimento VII		
Cotidiano e Prática Policial Reflexiva		
23	Teoria de Polícia	20
24	Ética Profissional	20
25	Ordem Unida	40
26	Conduta Profissional	-
Área de conhecimento VIII		
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública		
27	Ações de Defesa Civil e Bombeiros	20
28	Defesa Pessoal	60
29	Armamento e Equipamento	30
30	Tiro Policial	60
31	Preservação e Isolamento de local de crime	20
32	Modelo Interativo de Polícia	30
33	Policiamento Ostensivo Geral	80
34	Operações de Policiamento Ostensivo	40
35	Policiamento Ambiental	20
36	Policiamento de Trânsito	20
37	Estágio Profissional Supervisionado	120